



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**ATA NÚMERO SEIS**

**ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 4.ª sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de onze de junho do corrente ano com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

**2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

**3. Período da Ordem do Dia:**-----

**3.1. Apreciação e votação das atas n.ºs 3, 4 e 5/2014;**-----

**3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);**-----

**3.3. Oficialização do Hino da Maia;**-----

**3.4. Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social;**-----

**3.5. Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia;**-----

**3.6. Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrate de doação;**-----

**3.7. Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferências, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia;**-----

**3.8. Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca;**-----

**3.9. Criação da figura do Provedor Municipal dos Municípios da Maia; Estatuto do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia; Regulamento de funções do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia, proposta de aprovação de uma personalidade para ser eleita Provedor Municipal pela Assembleia Municipal da Maia;**-----

**3.10. “Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;**-----

**3.11. Relatórios e Contas 2013 – Fundos Especiais de Investimento.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que, sendo estas sessões públicas, e segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para a mesma se organizar. Deu nota do seguinte pedido de substituição: o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, do Partido dos Animais e da Natureza tinha solicitado a suspensão do mandato por um período de noventa (90) dias, sendo substituído pela Senhora Deputada Maria Clara Costa Lemos; O Senhor Deputado Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira, da Coligação “Sempre pela Maia” tinha solicitado a sua substituição para esta sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Cátia Daniela Maia da Silva; o Senhor Deputado

do Partido Socialista, Adão Fernando Batista Bastos tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pelo Senhor Deputado Edgar Pinheiro de Castro Rocha; a Senhora Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, da CDU, tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituída pelo Senhor Deputado Alberto Luís Ferreira Neto; o Senhor Deputado do Partido Socialista, Pedro Miguel Monteiro Martins tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Carla Susana Ferreira Dias. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos 1 a 5. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados convocados.-----

**1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal:**-----

-----Inscreveram-se os Senhores Deputados:-----

**Edgar Pinheiro de Castro Rocha** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 6,-----

**Silvestre Santos Gomes Pereira** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida os documentos – Moções - identificados com os números 7 e 8.-----

**Pedro Miguel Neves Ferreira** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 9.-----

**António Manuel Santos Teixeira** cumprimentou todos os presentes, afirmando que decorreram entre os dias 16 e 18 de maio, em vinte lugares da capital, os campeonatos nacionais de desporto escolar. Estes realizaram-se pela primeira vez de forma concentrada e tiveram a participação de cerca de três mil alunos. O Agrupamento da Escola Secundária de Águas Santas não deixou mais uma vez os “seus créditos por mãos alheias” e sagrou-se vencedor em duas modalidades: boccia e dança, enchendo de orgulho os maiatos e em particular todos os aquisantenses. Pelo trabalho já desenvolvido, pelos resultados e pela projeção que alcançaram, granjeando o respeito e a admiração de toda a comunidade escolar, entendiam que estes jovens deviam ser dignos de louvor, passando de seguida à leitura dos votos de louvores, identificados com os números 10 e 11.-----

**Cândido Joaquim Lima da Silva Graça** cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento – voto de louvor - identificado com o número **12**.-----

**Joaquim Silva Azevedo Sousa** cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento – voto de louvor - identificado com o número **13**.-----

**António Fernando Gomes de Oliveira e Silva** prescindiou do uso da palavra.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor aos seniores do Futebol Clube de Pedras Rubras, do Deputado Independente por Vila Nova da Telha, identificado com o número **13**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor a todos os atletas que alcançaram lugares de pódio na época desportiva 2013/2014 bem como às associações a que se encontravam associados e a todos os alunos que alcançaram lugares de pódio no ano escolar 2013/2014 bem como às respetivas escolas, da Coligação “Sempre pela Maia”, identificado com o número **12**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Boccia da Escola Secundária de Águas Santas, do Partido Socialista, identificado com o número **10**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, também designado por “Alma Mater Artis”, do Partido Socialista, identificado com o número **11**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Posta à votação o voto de louvor foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

---- Posta à admissão a moção “Cortar na educação é afundar o país e comprometer o futuro”, do Bloco de Esquerda, identificada com o número **8**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que o Grupo Parlamentar da Coligação “Sempre pela Maia” votaria contra esta moção, não porque não concordava em declarar a importância

decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção de um país com futuro mas lamentava alguma demagogia política utilizada com o encerramento de algumas escolas do primeiro ciclo quando se pedia que se manifestasse solidariedade às populações e municípios visados quando era público que a esmagadora maioria dos municípios onde houve encerramento, até concordaram com o mesmo. Era pouca a argumentação dada para votarem favoravelmente, entendendo que as escolas tinham que ter alunos para funcionar e sustentar escolas abertas, mas sem alunos, era um erro de gestão que o país não podia nem devia suportar. O município da Maia, por força da sua demografia e também do sábio investimento que tinha feito na área da educação, não tinha nenhuma escola do primeiro ciclo a ser encerrada.-----

**Silvestre Santos Gomes Pereira** pediu a palavra para prestar esclarecimento: o Bloco de Esquerda não tinha nada contra a posição da Coligação “Sempre pela Maia” – que era a do Governo – mas chegaria a vez da Maia, tendo aliás já “batido” levemente. Afirmou que não eram assim tão poucos os municípios que se pronunciaram, estando alguns em “pé de guerra” com o Governo, citando o caso de Viseu, onde fechariam escolas com mais de vinte alunos. O Bloco de Esquerda pensava que esta moção seria pacífica porque apenas se pedia a solidariedade para com os municípios/populações visados porque, no futuro, a Maia também iria precisar da solidariedade de outros municípios.-----

---- Posta à votação a moção, foi a mesma **rejeitada com vinte e seis (26) votos contra da Coligação “Sempre pela Maia”, com dezasseis (16) votos a favor do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária, do Bloco de Esquerda e do Independentes por Vila Nova da Telha e uma (1) abstenção do Partido dos Animais e da Natureza.**-----

---- Posta à admissão a Moção “Por finanças municipais que sirvam as populações / Pela autonomia e responsabilidade do poder local”, do Bloco de Esquerda, identificada com o número 7, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade.**-----

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, começando por esclarecer que a nova Lei das Finanças Locais era a Lei número setenta e três de dois mil e treze, de 3 de setembro; informou que estava em apreciação no Parlamento a Lei número duzentos e trinta e dois/XII, parecendo assim oportuna esta moção e que a Coligação votaria sempre

favoravelmente todas as moções que mostrassem que esta Assembleia Municipal devia insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais, bem como manifestar discordância com a imposição aos municípios de assumirem setenta por cento da realização do capital social do FAM (embora fosse um valor em fase de apreciação) e com a prevista subtração até um vírgula oito por cento, durante cinco anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no IUC e IMI.-----

---- Posta à votação a moção foi a mesma aprovada por **unanimidade**.-----

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º António Domingos da Silva Tiago**, cumprimentou todos os presentes, associando-se, em primeiro lugar, em seu nome e da Câmara Municipal, aos votos de louvores já aprovados pela Assembleia Municipal; relativamente à Cooperzoo esclareceu que a Câmara Municipal, com uma percentagem reduzida no capital da cooperativa, ainda não tinha recebido o relatório da auditoria solicitada pela Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia, não podendo assim pronunciar-se. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, relativa aos transportes públicos, solicitou que lhe fosse entregue uma cópia da sua intervenção para apreciação e, oportunamente, a Câmara Municipal valer-se-ia dessa argumentação junto da STCP. Relativamente à preocupação da concessão/privatização da STCP, este era um assunto que estava a ser analisado no âmbito do Conselho Metropolitano do Porto, estando a Câmara Municipal atenta e iria fazer valer as suas razões quer em sede deste Conselho quer junto do Governo.-

**2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal;**-----

---- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor José Augusto Soares Machado, residente na Rua Central do Carvalhido, n.º 1063, na freguesia de Moreira, que interveio para falar sobre resíduos urbanos e que enquanto prestador de um serviço (separação do lixo e manutenção/limpeza dos contentores) não auferia nenhum benefício, pagando inclusive mais consumo de água, conforme documento identificado com o número **14**.-----

---- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor José Alberto da Silva Sereno, residente na Rua Manuel Pinto Azevedo, n.º 187, r/ch, na freguesia de Pedrouços, que interveio para falar sobre ambiente e o campo de treinos do Pedrouços Atlético Clube, conforme documento identificado com o número 15.---

---- Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor Armindo Silva Moutinho, residente na Rua da Cabreira, 110, na freguesia do Castelo da Maia, que interveio para falar o encerramento da passagem pública em Barca e a invasão territorial de Vermoim sobre Barca, nomeadamente na Urbanização Monte Xisto conforme documento identificado com o número 16.-----

**3. Período da Ordem do Dia:-----**

**3.1. Apreciação e Votação das atas n.ºs 3, 4 e 5/2014.-----**

---- As atas n.ºs 3, 4 e 5/2014 foram **aprovadas por maioria, com duas (2), quatro (4) e seis (6) abstenções**, sendo estas dos senhores deputados ausentes das respetivas sessões.-----

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago**, solicitou à Mesa a retirada dos pontos “3.3 Oficialização do Hino da Maia” e “3.9. Criação da figura do Provedor Municipal dos Municípios da Maia; Estatuto do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia; Regulamento de funções do Provedor Municipal dos Municípios da Maia para posterior aprovação pela Assembleia Municipal da Maia, proposta de aprovação de uma personalidade para ser eleita Provedor Municipal pela Assembleia Municipal da Maia”,-----

---- Posta à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, a retirada dos pontos 3.3 e 3.9. da Ordem de Trabalhos.-----

**3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), documento identificado com o número 17:-----**

----Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

**António Ferreira Neto Taveira** cumprimentou os presentes, registando relativamente à informação do Senhor Presidente que houve uma evolução no tipo de informação prestada. De seguida, colocou algumas questões – algumas já referenciadas em sessões anteriores - relativas às novas instalações do

Tribunal já que com a nova reforma dos tribunais, em setembro, haveria alterações na competência territorial e administrativa de alguns; sobre a manutenção dos empreendimentos sociais, questionou novamente quais os empreendimentos (todos ou só alguns), quais as medidas a serem tomadas, para quando e que tipo de manutenção iria ser feito; sobre as SCUT'S, questionou se relativamente às que penalizavam a Maia, se já havia alguma consequência com resultados positivos de tantas visitas de Ministros e de Secretários de Estado ao município maiato; por último questionou em relação aos pisos sintéticos dos campos desportivos, se havia concurso público e para quando estava projetado o seu início, para deixar de ser apenas uma promessa eleitoral.-----

**Ana Maria Fernandes Leite** cumprimentou os presentes, e relativamente ao anexo que dava conta da situação financeira do município, mais concretamente, da situação financeira do Tecmaia, o endividamento desta empresa com impacto de nove, quinze por cento no total do endividamento do município era preocupante; no último Relatório de Gestão e Contas verificou-se que o Tecmaia encontrava-se numa situação financeira grave com valores elevados de endividamento, sendo preocupante o seu futuro, sendo preocupante para a competitividade do município maiato bem como para a manutenção e criação de postos de trabalho; no ponto três do Relatório era feita alusão à banca, sendo referido que, para colmatar esta situação financeira, haviam sido levadas a cabo um conjunto de diligências no sentido de implementar um acordo com os bancos credores para solver a totalidade da dívida; também neste documento era dado conta que a implementação do referido acordo estaria concluída entre abril e maio do presente ano; ainda no mesmo documento, nos pontos dezanove ponto um e dezanove ponto dois, relativas à aprovação das demonstrações financeiras, era referido que estavam a ser avaliados cenários alternativos da aplicação da Lei cinquenta de dois mil e doze, de forma a não interferir e a não por em causa o funcionamento e a existência do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia. Face a todo o exposto, questionava a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, sobre o ponto de situação da implementação do acordo já mencionado, que medidas estavam a ser tomadas para a manutenção e solvabilidade do Tecmaia e que cenários alternativos estavam a ser estudados caso este acordo não se venha a verificar. -----



O Senhor Vice-Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago, relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira respondeu o seguinte: em relação às novas instalações do Tribunal da Maia foi aberto pelo Ministério da Justiça um concurso público, tendo sido apresentado uma proposta, que era a do Pólo dos Serviços Públicos, adjacente ao Fórum da Maia, estando a decisão final, neste momento, nos seus últimos procedimentos, designadamente em termos de autorização por parte do Ministério das Finanças para celebrar o contrato de arrendamento; relativamente aos empreendimentos sociais de habitação, repetiu exatamente o que tinha dito na última sessão da assembleia municipal: quais os empreendimentos? Todos os que necessitem de obras de manutenção/conservação; quando? Durante o presente mandato; como? Com as obras tecnicamente recomendáveis para resolver alguns problemas de conservação e manutenção exterior assim como interior, que rondavam o valor de catorze milhões de euros. Como era expresso na informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal estava em avanço o concurso público para a eficiência energética e, neste momento, os serviços técnicos e jurídicos da empresa Espaço Municipal estavam a preparar os primeiros concursos para as manutenções dos primeiros empreendimentos. Relativamente aos sintéticos, lembrou que o município maiato possuía seis estádios e todos os campos de futebol estavam dotados de relva sintética ou natural à exceção do campo de treinos de Pedrouços, do campo de futebol de Milheirós. A Câmara Municipal estava a lançar os concursos públicos para a concretização do relvado sintético do campo de treinos de Pedrouços, no campo de futebol de Milheirós, no campo de treinos do Estádio Municipal Prof. Vieira de Carvalho (substituir o sintético por um novo) e também a substituição no Estádio Municipal do Castelo da Maia da relva natural por sintética. Em alguns dos casos citados, também os balneários iriam ser alvo de obras como era o caso no campo de treinos do Pedrouços, sendo já do conhecimento da direção do clube; quanto à questão da Senhora Deputada Ana Maria Fernandes Leite sobre a dívida de nove milhões de euros, o que a Câmara estava neste momento a desenvolver conjuntamente com a Tecmaia, era a aquisição de dois lotes (I e IV) do Parque, transformando a dívida existente à banca numa compra por parte da Câmara Municipal destes dois lotes para depois a Tecmaia poder solver, por essa via, a dívida existente. O processo aquisitivo estava no Tribunal de Contas para análise e respetivo visto. Se porventura não for

visada, terá que ser encontrado um plano B, que poderá passar pela alienação de lotes a terceiros interessados ou à banca, que já se mostrou recetiva. Finalizou, afirmando que gostaria que a Senhora Deputada tivesse falado dos benefícios, do lado risonho da consolidação e da potencial estabilidade económica financeira que a Câmara Municipal exhibia, quer em termos de pagamento a vinte e oito dias por média quer no ritmo de desaceleração de decréscimo acentuado em termos de dívida. -----

**3.4. Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social:-----**

---- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores:-----

**Pedro Miguel Neves Ferreira** leu o documento identificado com o número **18**.-----

**Susana Filipa Coelho Rafael** leu o documento identificado com o número **19**.-----

---- Posta à votação a proposta de “Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social”, **foi a mesma aprovada por unanimidade**.-----

**3.5. Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão de Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia:-----**

---- Posta à votação a proposta de “Alteração da Postura de Trânsito – Rua Grão de Vasco e envolventes na freguesia da Cidade da Maia”, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**3.6. Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Morceira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrate de doação:-----**

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **Silvestre Santos Gomes Pereira** afirmando que quando os terrenos foram doados ou cedidos para o efeito, colocaram algumas reticências, sabendo qual o grupo que estava na retaguarda, que era o Grupo SLN e o BPN; infelizmente, tudo se confirmou tal como o Bloco de Esquerda tinha previsto em relação ao futuro deste projeto. Já que a Câmara Municipal estava a retomar os terrenos, gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente tinha alguma informação qual o fim a dar aos terrenos em causa.-----

**O Senhor Vice-Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago**, em resposta ao solicitado informou que a Câmara Municipal não tinha a ver com o Grupo, salientando que pelo Bloco de

Esquerda nunca foi apresentada nenhuma outra alternativa e que todas as sugestões seriam bem acolhidas pela Câmara Municipal. Para finalizar, informou que a Câmara Municipal tinha uma proposta da Universidade do Porto mas não poderia adiantar muito mais.-----

----Posta à votação a proposta de **“Reversão a favor do município da Maia do terreno sito no Gaveto da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho com a Rua Dr. Farinhote, no Lugar do Padrão, freguesia de Moreira, doado pela escritura pública n.º 88/97 à Santa Casa da Misericórdia da Maia e destinado à construção de uma unidade hospitalar – celebração de escritura pública de distrate de doação”**, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**3.7. Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferência, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia:**-----

---- Posta à votação a proposta de **“Declaração do Interesse Público da operação urbanística de edificação de um Centro de Formação Empresarial e de Conferência, na Quinta dos Cónegos, na freguesia da Cidade da Maia”**, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação **“Sempre pela Maia”** e Independentes por Vila Nova da Telha, dois (2) votos contra do Bloco de Esquerda e catorze (14) abstenções do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Partido dos Animais e da Natureza.-----

**António Ferreira Neto Taveira** pediu a palavra para fazer a declaração de voto: **“Não põem em causa o interesse público desta iniciativa e desta medida aqui agora aprovada mas consideram que tmuitas dúvidas sobre o seu enquadramento legal e da sua fundamentação. Não tivemos tempo para aprofundar, não tivemos tempo para abordar e analisar com profundidade e uma proposta como esta. Não pomos em causa a iniciativa que a Câmara tomou, hesitámos muito entre a abstenção e o voto contra, mas por considerarmos que é uma matéria que no plano jurídico implicava alguma análise da nossa parte, não tivemos outra solução senão votar contra”**.-----

**3.8. Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castêlo da Maia, tendo em vista o**

**apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca:-----**

---- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **Silvestre Santos Gomes Pereira** para afirmar que, embora estando de acordo com esta proposta de atribuição de subsídio para a realização de obras nos citados edifícios, questionava o futuro deles, porque embora tenha sido feita uma reforma administrativa, reduzindo o número de freguesias de forma substancial com o voto contra do Bloco de Esquerda e que em termos de poupança não parecia ter ocorrido nenhuma e como os serviços continuam a ser feitos nos mesmos edifícios, mesmos nas agregadas, na opinião do Bloco de Esquerda de pouco serviu a reforma administrativa. Gostaria de saber ainda, em termos de futuro, se vão manter em todos os edifícios as mesmas valências. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes**, salientou que era um problema e da responsabilidade de cada freguesia, não podendo a Assembleia Municipal interferir neste assunto.-----

----Posta à votação a proposta de **“Atribuição de um subsídio, no valor de 43 644,44 Euros, a liquidar sessenta (60) dias após a aprovação da presente proposta, à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, tendo em vista o apoio à realização de obras de conservação nos edifícios das ex-Sedes de Juntas de Freguesia de Gondim e Barca”**, foi a mesma aprovada unanimidade.-----

**3.10. “Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:-----**

---- Posta à votação a proposta de **““Prestação de serviço de auditoria financeira para os anos de 2014, 2015 e 2016” – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia”**, foi a mesma aprovada por maioria com vinte e três (23) votos a favor da Coligação **“Sempre pela Maia”**, CDU, BE, PAN e Independentes por Vila Nova da Telha e dez (10) votos contra do PS.-----

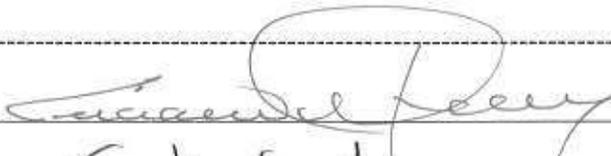
**3.10. Relatórios e Contas 2013 – Fundos Especiais de Investimento:-----**

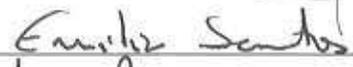
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

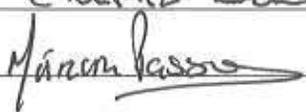
----Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua

elaboração definitiva. -----

----- E sendo vinte e três horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de junho do corrente ano, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Emília de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente:  \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária:  \_\_\_\_\_

A 2.ª Secretária:  \_\_\_\_\_

**Sandra Martins**

---

**De:** h lder ribeiro [ribeirohelder@sapo.pt]  
**Enviado:** quinta-feira, 12 de Junho de 2014 14:44  
**Para:** assembleia@cm-maia.pt  
**Assunto:** Pedido Suspensão Mandato  
**Anexos:** Pedido de Suspensão de Mandato HR PAN 2014.06.12.pdf

**Importância:** Alta

Exmo. Senhor  
Mui Digno Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Senhor Luciano da Silva Gomes

Para os devidos efeitos, envio em anexo pedido de suspensão de mandato cujo original farei chegar a V.ª Excia pelas vias normais.

Sem outro assunto de momento, aproveito para apresentar a V.ª Excia os meus melhores cumprimentos.  
Hélder Ribeiro

Assembleia Municipal da  
Maia  
Entrada n.º 57  
Em 13/06/14



Exm.º Senhor

Mui Digno Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Senhor Luciano da Silva Gomes

Assunto: **Pedido de Suspensão de Mandato, Helder da Costa Pereira Ribeiro – PAN**

Helder da Costa Pereira Ribeiro, Deputado eleito pelo Partido Pelos Animais e Pela Natureza – PAN, Mandato 2013/2017, vem muito respeitosamente junto de V.ª Excia, pela presente, apresentar pedido de suspensão do mandato desde hoje e por um período previsível de 90 dias, ao abrigo da alínea c), do art. 10º, do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Sem outro assunto de momento, aproveita o ensejo para endereçar a V.ª Excia, às Digníssimas Senhoras Secretárias da Mesa e a toda a Assembleia Municipal votos de bom trabalho e os melhores cumprimentos.

Maia e Paços do Concelho, 12 de junho de 2014



(Helder da Costa pereira Ribeiro)



ESTAMOS A CONSTRUIR UM NOVO MUNDO

**Sandra Martins**

---

**De:** Helder Oliveira [helquintas@hotmail.com]  
**Enviado:** quinta-feira, 12 de Junho de 2014 18:18  
**Para:** Assembleia Municipal da Maia  
**Assunto:** RE: 3.ª Sessão Ordinária (Pedido de substituição)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,



Devido ao facto de estar ausente da Maia, no dia 25 de junho de 2014, por motivos profissionais, venho, por este meio, solicitar a minha substituição, nos termos regimentais, na 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia.

Agradecendo, desde já, a melhor atenção de V. Exa., bem como o deferimento da solicitação feita, aproveito o ensejo para apresentar os meus melhores cumprimentos e protestos da minha mais elevada consideração.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira

---

**From:** assembleia@cm-maia.pt  
**CC:** [adao.fernando.bastos@gmail.com](mailto:adao.fernando.bastos@gmail.com); [sampaioac@gmail.com](mailto:sampaioac@gmail.com); [anamariafleite@gmail.com](mailto:anamariafleite@gmail.com); [antonio.oliveira.silva@gmail.com](mailto:antonio.oliveira.silva@gmail.com); [anetotaveira@gmail.com](mailto:anetotaveira@gmail.com); [amstteixeira@gmail.com](mailto:amstteixeira@gmail.com); [baltazarferreira@gmail.com](mailto:baltazarferreira@gmail.com); [candido.graca@netcabo.pt](mailto:candido.graca@netcabo.pt); [cmpa.pt@gmail.com](mailto:cmpa.pt@gmail.com); [carlosavieira@iol.pt](mailto:carlosavieira@iol.pt); [ccastro.arg@gmail.com](mailto:ccastro.arg@gmail.com); [emilia.santos@psd.parlamento.pt](mailto:emilia.santos@psd.parlamento.pt); [fatima.garcia.advgd@sapo.pt](mailto:fatima.garcia.advgd@sapo.pt); [helquintas@hotmail.com](mailto:helquintas@hotmail.com); [ribeirohelder@sapo.pt](mailto:ribeirohelder@sapo.pt); [jvstorres@gmail.com](mailto:jvstorres@gmail.com); [joaquimfaraujo@gmail.com](mailto:joaquimfaraujo@gmail.com); [azevedo2@gmail.com](mailto:azevedo2@gmail.com); [joaquim.farinhabastos@gmail.com](mailto:joaquim.farinhabastos@gmail.com); [jorge.georgis@gmail.com](mailto:jorge.georgis@gmail.com); [1955sarmiento@gmail.com](mailto:1955sarmiento@gmail.com); [andrade.ferreira.59@gmail.com](mailto:andrade.ferreira.59@gmail.com); [jmas.jmas@hotmail.com](mailto:jmas.jmas@hotmail.com); [lucianogomesfolgosa@gmail.com](mailto:lucianogomesfolgosa@gmail.com); [luisandidodesousa@sapo.pt](mailto:luisandidodesousa@sapo.pt); [manuel.oliveira.eu@gmail.com](mailto:manuel.oliveira.eu@gmail.com); [mcmcarvalho@sapo.pt](mailto:mcmcarvalho@sapo.pt); [gerencia@agraclub.com.pt](mailto:gerencia@agraclub.com.pt); [advmarciapassos@gmail.com](mailto:advmarciapassos@gmail.com); [malexandratorres11542p@gmail.com](mailto:malexandratorres11542p@gmail.com); [madalenanogsantos@gmail.com](mailto:madalenanogsantos@gmail.com); [marisatribeiro@hotmail.com](mailto:marisatribeiro@hotmail.com); [olga\\_vfreire@hotmail.com](mailto:olga_vfreire@hotmail.com); [psfr310@gmail.com](mailto:psfr310@gmail.com); [p3ms@net.sapo.pt](mailto:p3ms@net.sapo.pt); [pedrommarques-8492p@adv.oe.pt](mailto:pedrommarques-8492p@adv.oe.pt); [pedroferreira21@gmail.com](mailto:pedroferreira21@gmail.com); [rfaoliv@hotmail.com](mailto:rfaoliv@hotmail.com); [silvestrepereira1@hotmail.com](mailto:silvestrepereira1@hotmail.com); [profe.susanapinho@gmail.com](mailto:profe.susanapinho@gmail.com); [filipa.c.rafael@gmail.com](mailto:filipa.c.rafael@gmail.com); [vitorlealves@gmail.com](mailto:vitorlealves@gmail.com); [vitorfontes.psd@gmail.com](mailto:vitorfontes.psd@gmail.com)  
**Subject:** 3.ª Sessão Ordinária  
**Date:** Wed, 11 Jun 2014 19:16:40 +0100

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **3.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **25 de junho**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

Oportunamente serão enviadas as convocatórias via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 56

Em 12/06/14

Sandra Martins

**De:** Adão Bastos [adao.fernando.bastos@gmail.com]  
**Enviado:** sexta-feira, 20 de Junho de 2014 10:37  
**Para:** 'Assembleia Municipal da Maia'  
**Cc:** 'João Torres'; jvstorres@clix.pt  
**Assunto:** RE: 3.ª Sessão Ordinária

Assembleia Municipal da  
 Maia  
 Entrada nº 68  
 Em 20/06/14

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Na sequência da convocatória para a 3ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de Junho, informo que por motivos particulares/familiares não poderei estar presente.

Desta ausência estou a dar conhecimento ao líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, deputado João Vieira Torres.

Solicito a minha substituição nos termos e de acordo com o Regimento em vigor.

Subcrevo-me com os meus respeitosos cumprimentos,

Muito Atentamente

Adão Fernando Batista Bastos  
 BI/CC 01742468

*Porque não  
 o informo de  
 imediato a  
 23/6/14*

**De:** Assembleia Municipal da Maia [mailto:assembleia@cm-maia.pt]  
**Enviada:** quarta-feira, 11 de Junho de 2014 19:17

**Assunto:** 3.ª Sessão Ordinária

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **3.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **25 de junho**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

Oportunamente serão enviadas as convocatórias via correio.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

**Sandra Martins**

---

**De:** Pedro Ferreira [pedroferreira21@gmail.com]  
**Enviado:** sexta-feira, 20 de Junho de 2014 12:31  
**Para:** Assembleia Municipal da Maia  
**Assunto:** Pedido de Substituição

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Venho por este meio solicitar-lhe a substituição da Sra. Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, nascida em 24/12/1972 e portadora do cartão de cidadão n.º 9896078, para a 3.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de Junho do corrente ano.

Assim, não levantando V. Exa. qualquer objecção, de acordo com os termos da lei, será substituída pelo elemento seguinte na lista à Assembleia Municipal da Maia da CDU, o Sr. Alberto Luis Ferreira Neto, nascido em 22/09/1965 e portador do cartão e cidadão n.º 7423142.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Ferreira  
CDU

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada n.º 69

Em 20/06/14

*Causo que se  
o refunto no luto  
refectin,*

*23/6/14*

**Sandra Martins**

---

**De:** p3ms@net.sapo.pt  
**Enviado:** domingo, 22 de Junho de 2014 22:11  
**Para:** Assembleia Municipal da Maia  
**Assunto:** Re: 3.ª Sessão Ordinária

Boa noite,

Informo que, por motivos pessoais, não poderei estar presente na 3.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 25 de junho, pelo que peço a minha substituição.   
Agradeço a confirmação da receção deste e-mail e, caso seja necessária mais alguma coisa, me informem.

Muito obrigado.

Cumprimentos,

Pedro Miguel Monteiro Martins  
(Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Assembleia Municipal da  
Maia  
Entrada nº 23  
Em 23/6/14

*Pedro Miguel Monteiro Martins  
o representante  
23/6/14*

Partido Socialista

**Assembleia Municipal - 25/Junho**

Exmo. Snr. Presidente da Ass.,secretarias, Pres, Câmara, deputados, vereadores, Digníssimo publico

Em Julho de 2013 foi constituída regis-cooperativa, a Cooperzoo, para autonomizar a gestão do Parque Zoológico da Maia. Houve um grande consenso nessa iniciativa, cabendo à então Junta de Freguesia da Maia e à Câmara Municipal da Maia a representação da parte pública, com maioria significativa no Capital Social, **cabendo 51% à Junta e de 10% à Câmara da Maia**. A **Assembleia Municipal ratificou a participação da Câmara na Cooperzoo**. Esta decisão por **unanimidade** da Câmara da Maia em participar na Cooperzoo foi antecedida de parecer prévio do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal que então o analisou os Estatutos da Cooperzoo.

Como é de conhecimento publico a Cooperzoo iniciou a gestão do parque Zoológico em Outubro de 2013 e uma série de ocorrências, entre as quais o retorno da gestão do Parque Zoológico à Junta de Freguesia da Cidade da Maia. Estes fatos, levaram a que a Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia constituísse Comissão para sua apreciação e análise. O Relatório final desta Comissão foi discutido na última Assembleia de Freguesia da Cidade da Maia, em 16 de Junho, e este órgão que deliberou, por **unanimidade** e em face de, cito, **“suspeitas de ilegalidades e/ou nulidades que possam ter existido e que existam”** enviar o Relatório e todos os seus Anexos para entidades competentes cuja enumeração caberá à Mesa da Assembleia de Freguesia em conjunto com todas as forças nela representada.

Pelo que antecede e no pressuposto que o referido Relatório e conclusões sejam do conhecimento da Câmara Municipal e em nome do Partido Socialista gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara :

- 1- **Se a Câmara tem sido consultada, conhece e tem posição sobre o que se tem passado com a Cooperzoo e tem já alguma posição sobre o referido Relatório;**
- 2- **Qual a posição da Câmara quanto ao desenvolvimento futuro do Zoo da Maia e sua sustentabilidade ambiental e económico-financeira.**

Tenho dito



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

## Moção

✓ 2.º

*[Handwritten signatures]*

## Por finanças municipais que sirvam as populações Pela autonomia e responsabilidade do poder local

As autarquias locais, pela proximidade no terreno e pelos importantes serviços prestados às populações, deviam ter as suas competências alargadas e passar a ter mais recursos financeiros. As cidadãs e os cidadãos deviam ver melhoradas as possibilidades de participação nos órgãos autárquicos; a democracia local devia ser reforçada, a instituição das Regiões Administrativas devia ser entendida como um instrumento decisivo na coesão do território nacional e no combate ao desperdício de recursos públicos. Mas como é sabido, a legislação ultimamente produzida não vai nestas direções, antes acentua o centralismo e o desrespeito pela autonomia do poder local.

A nova lei das finanças locais (Lei n.º ~~32~~<sup>32</sup>/2013, de 3 de Setembro) previu a criação dum Fundo de Apoio Municipal (FAM) visando a recuperação dos municípios que se encontrem em rutura financeira. Assim foi elaborada pelo governo a Proposta de Lei 232/XII - regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentação do FAM.

A proposta de regulamentação deste FAM está a gerar controvérsia. Vários municípios e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) têm, justamente, chamado a atenção para a inaceitável ideia da participação do Estado ser de apenas 30% na realização do capital social de 650 milhões € do novo fundo. Também a prevista subtração a todos os municípios, independentemente da sua gestão financeira ter sido cuidadosa ou não, numa participação coativa para o FAM, não se afigura nem solidária nem justa.

Estando a referida proposta de lei n.º 232/XII a ser apreciada pelo parlamento, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Junho de 2014, delibera:

- a) Insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais;
- b) Exprimir o seu desacordo com a imposição aos municípios, prevista na Proposta de Lei n.º 232/XII, de assumirem 70% da realização do capital social do FAM;
- c) Manifestar a sua discordância pelo previsto subtração, até 1,8% e durante 5 anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no IUC e IMI

Os deputados Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

Moção

Documento 8

*DS*  
*Rejeitada*  
*in maioria*  
*com 26 votos*  
*16 a favor 10 a contra*  
*coelho*  
*25/6/14*

## Cortar na educação é afundar o país e comprometer o futuro

O recente anúncio pelo governo do encerramento de mais de 300 escolas do 1º ciclo está a suscitar protestos de pais, populações e de muitos autarcas, e com inteira razão. O chamado “reordenamento da rede escolar” afeta principalmente o interior do país e vai contribuir para uma cada vez mais grave desertificação do interior.

Em Viseu serão 57 as escolas que o ministério da Educação quer fechar. Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre são outros distritos com encerramentos previstos, também o distrito do Porto serão afetados com a proposta de encerramento de mais de 40 escolas.

Em grande parte destes concelhos do interior do país as consequências sociais são cada vez mais dramáticas, já que o anunciado fecho das escolas vem a seguir ao desmantelamento doutros serviços públicos essenciais: centros de saúde, repartições de finanças ou tribunais. E muitos dos municípios souberam das escolas a encerrar apenas pela imprensa, o que é inaceitável numa democracia.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em 25 de Junho de 2014, tendo em conta que a coesão territorial é um elemento indispensável ao progresso económico e social, DELIBERA:

**a) Manifestar solidariedade às populações e municípios afetados com os anunciados encerramentos de escolas**

**b) Declarar a importância decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção dum país com futuro.**

Os deputados Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto

**COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA****Período de Antes da Ordem do dia**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,  
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,  
Demais membros da mesa,  
Caríssimos Srs. Deputados e  
Estimados membros do público:

Neste período de antes da ordem do dia, trazemos a esta Assembleia uma matéria que tem merecido a nossa atenção nos últimos tempos. Falamos dos serviços de transportes públicos que servem o município, hoje particularmente dos autocarros da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

Começamos por dar conta de uma consequência nefasta para utentes do Concelho, do sistema de tarifário Andante.

A linha 603 da STCP, que liga a Praça do Marquês, no Porto, ao Jardim Zoológico da Maia, serve ao longo do seu percurso as populações maiatas de Pedrouços, Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Vermoim e Maia. Ora, ao longo do percurso deste autocarro verificam-se alguns entrecruzamentos de zonas que oneram especialmente os seus utentes, tornando viagens relativamente curtas muito dispendiosas, sobretudo se compararmos com outras de idêntica distância em diferentes locais onde a STCP presta os seus serviços, nomeadamente outros municípios da Área Metropolitana do Porto. Por exemplo, quem utilizar regularmente o autocarro 603 para se deslocar entre o

Instituto Português de Oncologia e a Junta de Freguesia de Pedrouços, um percurso de aproximadamente 3 quilómetros, deverá pagar uma assinatura mensal no valor de 36€, equivalente a três zonas Andante. Esta situação acontece porque a Rua da Arroteia, que o autocarro percorre desde a Estrada da Circunvalação até à Rua Gonçalo Mendes da Maia, integra a zona C5, diferente da zona C6 que incorpora a Asperela e boa parte da freguesia de Paranhos e a zona C9, onde está a Rua Gonçalo Mendes da Maia e o restante da freguesia de Pedrouços, assim como Águas Santas e Milheirós. Esta pequena *nuance* fronteiriça custa cerca de 6€ mais aos utentes, sempre que carregam os seus passes.



Mais adiante no percurso do autocarro verifica-se situação idêntica. Em Vermoim, entre o Largo do Outeiro e a Rua António Marques nos Altos, ambos situados na zona C5, está um pequeno enclave considerado zona N11. Estas questões fronteiriças, à primeira vista pouco significantes, custam dinheiro aos utentes dos transportes públicos e deveriam merecer o cuidado do poder municipal. Vários munícipes, utentes da STCP, vieram ter connosco com o propósito de verem este assunto tratado.

Pedimos-lhe, senhor presidente da Câmara, que na qualidade de presidente do município e de membro do Conselho Metropolitano, tome providências no sentido de corrigir estes erros.

Senhoras e senhores deputados, senhores presidentes, as dificuldades dos utentes da STCP extravazam em larga medida os custos acrescidos pelos afloramentos fronteiriços da linha 603.

A evolução dos transportes colectivos nos últimos anos tem seguido o caminho do seu empobrecimento, que inevitavelmente se traduz na diminuição da qualidade do serviço prestado. É uma

receita antiga, invariavelmente seguida sempre que o poder político, quando laçao dos grandes interesses económicos privados, se dispõe a entregar nas mãos destes aquilo que é propriedade pública.



O processo de privatização da STCP já começou há muito tempo. Muito antes da administração da empresa ter tornado público o seu desejo de privatizar mais de um terço das linhas actualmente existentes; antes mesmo de ter eliminado linhas, diminuído frequências e emagrecido os quadros de trabalhadores; antes até da adopção do sistema Andante e o inusitado aumento de preços que o mesmo implicou.

A CDU alerta para este facto há muito tempo: para as consequências nefastas que o processo de privatização acarretará aos utentes e para a inevitável deterioração da oferta de transportes públicos em todo o distrito. Procuramos intervir com dados concretos, com exemplos objectivos, para não cairmos em generalizações estéreis ou redundâncias. Não obstante, as reacções são sempre as mesmas: primeiro dizem-nos que não é nada assim, que somos arautos da desgraça, que o motivo da nossa intervenção, seja ele qual for, está bem e recomenda-se; mais tarde dizem-nos que, não obstante um fundo de verdade, não é bem como nós dizemos, que se reforma para melhorar, que é em nome dos utentes e do interesse público; por fim respondem-nos com silêncio ou com resignação, que assim é pois de outro modo não seria. Reparem os senhores deputados, os ilustres membros da mesa e o público aqui presente, que neste mesmo local, nesta Assembleia Municipal, já ouvimos este discurso quando trouxemos assuntos tão diversos como as portagens nas antigas SCUT, o encerramento de Centros de Saúde, o encerramento de estações

dos Correios ou a extinção de freguesias. A conversa foi sempre a mesma, a CDU – magro consolo – esteve do lado da razão e a população acabou sempre lesada. Sempre.



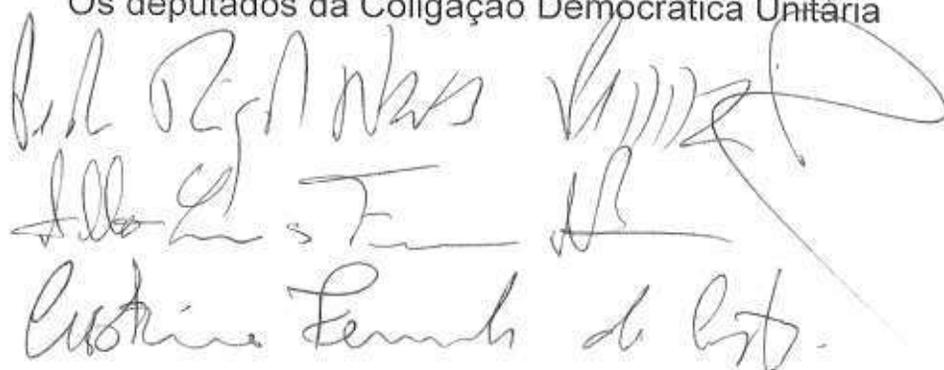
Feito este intróito, importa recordar que há cerca de 3 anos trouxemos aqui as nossas preocupações sobre a diminuição de linhas da STCP e a redução da frequência dos autocarros, precisamente quando a empresa promoveu grandes cortes, que ao tempo mereceram a reprovação das mais variadas associações de utentes e dos trabalhadores da empresa. Recordo bem como nos responderam, que a redução das linhas não afectava directamente a Maia pelo que não havia motivo para nos preocuparmos – como se a Maia pudesse passar incólume a um autêntico processo de sabotagem da STCP. Actualmente, fruto das mudanças operadas, é comum verificar nas horas de ponta os autocarros 701, 702 ou 703 passarem sem parar nas paragens da Rua D. Afonso Henriques, em direcção ao centro do Porto, de manhã, ou na direcção oposta ao final do dia, pois circulam completamente cheios, fruto da diminuição da frequência de autocarros. Afinal, minhas senhoras e meus senhores, havia mesmo motivos para estarmos preocupados.

Senhor presidente da Câmara da Maia: a privatização da STCP servirá para agravar a cada vez mais minguada oferta de transporte e alimentar a voragem dos grandes interesses económicos que vivem à custa do desmantelamento do Estado Social, isto é, à custa de direitos sonegados aos portugueses e da sua qualidade de vida. É assim com a saúde, é assim com o trabalho, é assim com a educação, é assim também com a mobilidade, como é patente no caso que aqui trazemos. Não há em Portugal um exemplo, um único exemplo de uma privatização de transportes públicos que tenha acarretado qualquer benefício

positivo para os utentes ou, em última análise, para o país. Ou seja: não houve melhoria dos serviços prestados – bem pelo contrário! –, nem houve benefícios económicos estruturais, pois o Estado passa a pagar principescamente a empresas de transporte privadas pelos serviços que cessa de prestar. Para os utentes ficam piores serviços, para os trabalhadores sobram salários diminuídos – e o Estado paga tudo isto. Quem beneficia estes processos? Quem sai invariavelmente sempre a ganhar? Deixo-lhe uma pista à laia de certeza: não são os utentes, não são os maiatos, não são os trabalhadores, não é a Maia nem o distrito do Porto. Não é Portugal.

Exige-se à Câmara da Maia e à maioria que a sustenta, em nome do interesse público, em nome da verdade, da experiência e do bom senso, que se oponha liminarmente ao processo de privatização da STCP. Qualquer outra atitude ficará para memória futura como vil cedência ao poder económico e a interesses divergentes e antagónicos aos interesses da Maia e dos maiatos.

Os deputados da Coligação Democrática Unitária

  
Custódia Fernandes de Brito

Maia, 25 de Junho de 2014



PARTIDO SOCIALISTA

Grupo Assembleia Municipal

3<sup>o</sup>  
**“ Voto de Louvor ”**

Voto de Louvor ao Grupo de Boccia da Escola secundária de Águas Santas

O Boccia é uma modalidade Paralímpica desde 1984. Esta modalidade é praticada por atletas portadores de paralisia cerebral.

O grupo é constituído por jovens que frequentam o ensino secundário, na modalidade de desporto adaptado, residentes nesta freguesia do nosso Concelho.

Dadas as características destes alunos e as especificidades da modalidade, cada um destes alunos compete em cadeira de rodas.

**Considerando:**

1-- A conquista do primeiro lugar em Guimarães nas Finais do Campeonato Regional de Desporto Escolar, que levou a dupla **Tiago Tavares e Rui Pedro Ribeiro** aos Campeonatos Nacionais;

2 - A medalha de 3º lugar alcançada na competição individual - divisão II pelo estudante / atleta **Nuno Silva**;

3 - As medalhas de 3º lugar em divisão I, competindo individualmente e de 1º lugar competindo a pares pelo estudante / atleta **Tiago Tavares**;

4 - A medalha de 1º lugar alcançada na competição a pares com o colega e capitão de equipa **Tiago Tavares** pelo estudante **Rui Ribeiro**;

5 - O Título de Campeões no Campeonato Nacional de Desporto Escolar que se realizou em Lisboa entre os dias 16 e 18 de Maio pelos atletas / estudantes **Tiago Tavares e Rui Ribeiro**.

6 - Que os feitos alcançados reforcem o respeito e a admiração por parte dos Maiatos e, em particular, dos Aquissantenses por estes e outros atletas que treinam e estudam na Escola Secundária de Águas Santas.

7 - O contributo destes alunos na sensibilização da comunidade escolar para a abordagem e inclusão das populações especiais, transmitindo a mensagem de que as pessoas portadoras de deficiência não são nem mais nem menos que as demais, são diferentes.

#### **Propomos que:**

1 - A Assembleia Municipal da Maia na sua 3ª Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2014 aprove um **Voto de Louvor** aos atletas de Boccia referenciados, que participaram no desporto escolar, fazendo votos de mais e maiores êxitos, que para todos nós são motivo de orgulho.

2 – Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores dos Pelouros da Cultura e desporto, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas, à Associação de Pais e encarregados de Educação e ao coordenador do projeto do desporto escolar.

Maia, 25 de Junho de 2014

O Grupo do Partido Socialista



PARTIDO SOCIALISTA

Grupo Assembleia Municipal

*[Handwritten marks and signatures]*

## “ Voto de Louvor ”

Voto de Louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, também designado por:

“ ALMA MATER ARTIS ”

O grupo teve a sua origem na Escola Secundária de Águas Santas, no ano letivo de 2007/2008, no âmbito do Desporto Escolar, na modalidade de Atividades Rítmicas Expressivas.

Constituído por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e 19 anos, residentes nesta freguesia do nosso Concelho, participaram já em inúmeros eventos e várias cerimónias protocolares, nomeadamente a convite do Ministério da Educação.

No ano letivo 2012/2013 foram Vice-campeões Nacionais , todavia, por paradoxal que pareça, no início deste ano escolar, alguns “Iluminados”, tentaram acabar com este projeto. Os obstáculos que colocaram ao grupo foram muitos, como exemplo o professor só foi reconduzido na escola passados 3 meses do Ano letivo 2013/2014 ter início, mais precisamente em meados de Dezembro.

Porém, apesar dos vários contratemplos, que só serviram para dar mais força e coesão ao grupo, os resultados de participação foram excelentes, traduzidos nos títulos de Campeões do Distrito do Porto, Campeões Regionais e Campeões Nacionais.

### Considerando:

- 1 -A forma determinada, corajosa e competente como professor e alunos souberam dar a volta às dificuldades;
- 2 – O papel social desenvolvido pelo grupo de Dança, nomeadamente com a organização e desenvolvimento de espetáculos para promoção do “Banco de Leite para S. Tomé e Príncipe”.
- 3 – A participação em diversos espetáculos de Solidariedade.

4- Os resultados desportivos conseguidos, nomeadamente o de Campeões Nacionais.

**Propomos que:**

1 - A Assembleia Municipal da Maia na sua 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2014 aprove um **Voto de Louvor** ao Grupo de Dança do Desporto Escolar de Águas Santas, pelo seu contributo cultural, social mas, também pelo brilhantismo com que tem elevado o nome deste concelho e em particular da freguesia de Águas Santas, não esquecendo o contributo fundamental que tem dado no crescimento e desenvolvimento das quase duas centenas de crianças envolvidas.

2 – Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhores Vereadores dos Pelouros da Cultura e desporto, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas, à Associação de Pais e Encarregados de Educação, ao coordenador do projeto do desporto escolar e ao Professor Alexandre Teixeira.

Maia, 25 de Junho de 2014

Grupo da Assembleia Municipal

António Teixeira



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,  
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,  
Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal  
Exmos. Senhores Vereadores  
Exmos. Senhores Deputados  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

2  
v  


O ano de 2014, ficará, de alguma forma, marcado na história do Concelho da Maia, por ter sido escolhida como Cidade Europeia do Desporto.

Esta escolha foi como que um prémio pelo que a Maia tem feito em prol do desporto.

E este fazer não se resumiu á realização de provas e outros eventos desportivos no Concelho da Maia.

Fazer o que a Maia fez pelo desporto significa ter criado condições para a prática desportiva nas mais diversas modalidades, ajudando as associações desportivas para que possam ter atletas a praticar desporto nas diversas valências.

Isto só foi possível com investimento, e os resultados de todo esse investimento feito pela C M Maia foi recompensado com a escolha da Maia como Cidade Europeia do Desporto.

Os resultados desportivos na época 2013/2014, para mim e de certeza para muitos Maiatos, foram surpreendentes, ou seja, deram-nos a conhecer um número impressionante de atletas que ganharam títulos e prémios ao mais alto nível no desporto quer nacional, quer internacional, onde relevamos os títulos de Campeões Nacionais, Campeões Europeus e um Campeão Mundial.

Mas os êxitos não se ficaram pelo desporto Federado, também no desporto escolar a Maia tem Campeões onde destacaremos as Escolas Secundárias de Aguas Santas, Maia e Levante, que conquistaram em diversas modalidades os títulos

de Campeões Nacionais, Campeões Regionais, Campeões Distritais e outros Prémios.

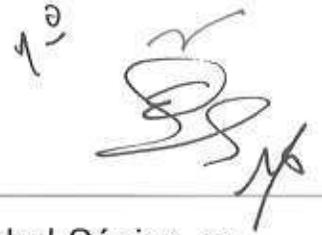
É por tudo o que acabo de referir, que os deputados da coligação Sempre pela Maia, propõem que a Assembleia Municipal da Maia reunida na 3ª Sessão Ordinária de 25.JUN.2014, delibere:

- a) Aprovar um Louvor a todos os Atletas que alcançaram Lugares de Pódio na época desportiva de 2013/2014, nas diversas modalidades desportivas em que competiram individual ou colectivamente, bem como às Associações a que se encontram associados, pelo acompanhamento que proporcionaram aos seus Atletas;
- b) Aprovar um Louvor a todos os Alunos que alcançaram Lugares de Pódio no ano escolar de 2013/2014, nas diversas modalidades desportivas em que competiram individual ou colectivamente, bem como às escolas dos Alunos envolvidos, pelo excelente trabalho que fizeram na área do desporto escolar e pelo acompanhamento que proporcionaram aos seus Alunos;
- c) Que desta deliberação, dê conhecimento a todos os visados.

Maia, 25.JUN.2014

Pela coligação Sempre pela Maia

( Cândido Graça )

**VOTO DE LOUVOR**

Ao subir de divisão, para o Campeonato Nacional de Futebol Sénior, na época desportiva 2013/2014, os seniores do Futebol Clube Pedras Rubras, conseguiram desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Maiato e Nacional.

Com este resultado, o clube, ajudou a projetar, ainda mais, o nome da Maia a nível nacional, justificando, por isso, o nome de "Maia – Capital do Desporto 2014", com o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em Sessão Ordinária em 25 de Junho de 2014, propõe um VOTO DE LOUVOR, pelo mérito alcançado e apresenta os parabéns pelos êxitos obtidos, aos dirigentes, atletas, associados e a todos quantos contribuíram para este grande feito desportivo.

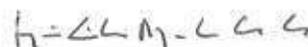
Que este voto de Louvor depois de aprovado, seja transmitido ao Futebol Clube de Pedras Rubras.

Maia, 25 de junho de 2014

**O Lider dos IVNT**

e

**Presidente da Junta de Freguesia da Vila Nova da Telha**



(Joaquim da Silva Azevedo Sousa)



10

### INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome José Augusto Soares Machado

Morada A Central do Cavalleiro, nº1063

Freguesia Moreira

Código Postal 4470-584 Moreira

Contacto telefónico 914307439

E-mail \_\_\_\_\_

*Assunto  
Enviar os  
Resíduos do  
Câmara do  
dos resíduos  
iminentes para  
arruinar a este  
Município  
25/6/14*

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Resíduos urbanos

Maia, 25/6/2014

(Assinatura) José Augusto Soares Machado

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º Período de intervenção do público	Artigo 50.º Regras do uso da palavra no período de intervenção do público
<ol style="list-style-type: none"> <li>No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li> <li>O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li> <li>Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li> <li>O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li> <li>Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º</li> <li>Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li> </ol>

**INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**Nome JOSÉ ALBERTO DA SILVA SERENOMorada RUA RAFAEL PINHO AZEVEDO N. 287 B/CFreguesia PEDROUÇOSCódigo Postal 4425Contacto telefónico 968038804

E-mail \_\_\_\_\_

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

AMBIENTE E DEPORTOMaia, 25/6/2014

(Assinatura) \_\_\_\_\_

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<b>Período de intervenção do público</b>	<b>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li><li>2. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li><li>3. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li><li>4. O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li><li>2. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º</li><li>3. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li></ol>

*Enviar para o Presidente da Câmara tendo em conta que foi o campo de Pedrouços*

*25/6/14*

Boa Noite

Sr. Presidente da Assembleia municipal, senhores membros da mesa senhores deputados da assembleia e a todos os demais presente.



Sou um cidadão residente na maia, mais propriamente em pedrouços, custa-me a crer que pedrouços, mesmo sendo uma freguesia que é banhada por outras três freguesias de outros três concelhos, e por tal ser utilizada por muitos portuense, por muitos matosinhenses e por muitos gandomarenses, seja esquecida e por vezes até ..... posta de parte, parecendo não ser terras maiatas.

Pelo que sei terras maiata eram todas as que eram desde o rio ave ate a cidade do porto, inclusive terras que agora fazem parte do porto e do conselho do porto.

No ano passado, mais precisamente no dia 26 de junho, nesta assembleia apresentei um dos problemas que alguns moradores e comerciante da travessa nova da giesta sentem com o pó provocado pelo campo de treinos do Pedrouços atlético clube.

Pois é verdade passado poucos dia recebi uma carta do sr presidente da assembleia municipal a dizer que o problema por mim apresentado foi enviado ao sr

presidente da camara municipal, só que ate a data não mais obtive resposta nem informação.



Visto que nada foi feito para minimizar nem melhorar a situação dos moradores e dos comerciante e alguns com problemas de saúde e que estão sujeitos ao pó provocado pelo campo de treinos do pedrouços, levou-me a mim e a mais alguns comerciante e moradores efetuar um abaixo assinado e de recolher-mos assinaturas pelos moradores, por pais de atletas e por associados do pedrouços, para aqui perante esta assembleia ser apresentado já um grande numero de assinaturas.

Se fosse só assim não parecia mal, pois passo assim a lembrar o que já é sabido por muita gente.

O Senhor Engenheiro Bragança Fernandes num jantar de natal realizado pelo pedrouços atlético clube, com a presença de cerca de 400 pessoas prometeu aos presentes que se o Pedrouços atlético clube subisse de divisão o sintético era uma realidade, claro que talvez se estivesse esquecido de dizer quando seria essa realidade, mas claro que para os presente se pensou que seria no inicio da época seguinte ou durante a época futebolística essa promessa foi efetuada em dezembro de 2008.

Claro é que já lá vão alguns anos e quase todos os anos se repete a promessa quer aos pedroucenses quer aos pedroucistas e com mais relevância na altura das campanhas eleitorais com a maior agravante que desta vez era realidade se maia fosse capital europeia de desporto, só que esse ano já vai a meio e o início das obras para melhorar a qualidade de vida dos jovens atletas que se deslocam todos os dias para o pedrouços e que são muitos e que poderiam ser muitos mais, pois temos perdidos muitos pela falta do sintético, pois eles fogem para clubes que nas redondezas estão bem equipados com campos sintéticos (Infesta, Ermesinde, nogueirense, leça do balio, pedras rubras) e muitos mais.

Para terminar e indo mais diretamente ao que aqui me fez vir em representação de um elevado número de pedroucenses, de pedroucistas e de muitos pais e de atletas do Pedrouços Atlético Clube após terminar esta minha intervenção irei entregar a mesa se esta o me permitir as folhas do abaixo assinado que foram recolhidas durante 15 dias e que ira continuar para que a camara municipal da Maia tenha em conta que a freguesia de pedrouços e o pedrouços fazem parte da maia e também faz parte da cidade europeia do desporto e que com este titulo não pode



ser só visto como cidade do desporto o núcleo desportivo que serve só a maia, mais propriamente a zona desportiva que fica aqui ao lado e que muito dinheiro os maiatos tem gasto nele e continuam a gastar, podendo equipar e ajudar outras zonas que também pertencem a maia e que tem outras coletividades que representam a maia e algumas sendo as mais antigas da maia sem aqui relembrar que o senhor prof. Dr. Vieira de carvalho que prometeu algumas obras que eu até considerava megalómanas para a freguesia e neste momento a freguesia de pedrouços nem um pavilhão ou recinto digno de utilização de um nome destes tem, por tal apelo aos senhores deputados da assembleia, aos senhores vereadores e aos executivos deste município que se esforcem mais e tenham mais vontade política para bem da freguesia de pedrouços e de todos aqueles que podem utilizar os equipamentos desportivos para uma melhor qualidade de vida



## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucences moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
<del>Francisco João Teixeira</del>	3696406
<del>Francisco João Teixeira</del>	7310737
Eduardo Fernando Marques Magalhães	9746037
Januário Salgado de Costa Mendes	12060818
<del>Francisco João Teixeira</del>	18012801
Francisco João Teixeira	14299937
Carlos Garcia	7277185
António Campos Marques	12113434
Alfonso Pedro Costa e Silva	10685473
Jenya Henrique Oliveira	11054201
Daniel Tiago Gonçalves	7374834
Vitor Manuel Brito Sousa	81220669
Albino Maria Jardim Lopes	10259507
Francisco José de Jesus Lopes	9790863
António Manuel José Alves	3974247
Flávio Valdeomar Ferreira Pinheiro	13811225
Luís Tavares	
Pau Santos	
Jose Pedro Almeida	
Alcino Ferreira Martins	989474
Barbara Catarina Peixeira	
Leandro Gomes de Sousa	8182592
Carolina Almeida Silva	14021670

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedrouçenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedrouçenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Mameo António Loure	10054982
Miguel Joaquim Pinto Taveira	12291082
Vitor Manuel Fernandes Ramos Almeida	7835600
Mariana Isabel Oliveira Taveira	13919210
António Lopes de Oliveira	
Miguel José Oliveira Garcia	11046339
Nuno Ricardo de Jesus Vieira	12889355
Joaquim Bernardo Pinto Mendes	7802364
Alfredo Franca	2737606
Ana Cordes	23559142
Joaquim Afonso Rodrigues	18045990
Paulo Alexandre Pinto Lameiras	9613489
Fabio Daniel Fernandes Garcia	13381113
António Almeida Dias Santos	5730415
Georgina Hezueira Santos Rapizós	08827984
Manuel Amador Pereira Sobrinho	10003301
José António Correia Marques	3979625
Carlos Alberto Pereira Mendes	3320928
Jorge Manuel Dias Gonçalves	9722365
João Manuel Ladoso Fernandes	07837989
Paulo José Fernandes	10029950
Ana Rita Sousa Silva	
Cláudia Teresa Correia Casaisa	07852566

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maia, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
José Fernando de Sousa	7045292
Leandro Augusto Teles Ribeiro	10247068
	9061077
António Joaquim Braga Oliveira	10405742
Miguel António Jacinto Pereira	9088565
Fernando Manuel Paulo Ribeiro	7005721
Arturo Augusto Inocencios	6506746
Paulo Miguel de Costa	10883979
Luís Miguel Sousa	11686796
Dr. Fernando Teixeira Dias	3611296
M. João Paulo Machado	10997164
Vitor Joaquim Neves Martins	10054108
Abel Pereira	10510095
Dr. Miguel António Coutinho	11317842
Luís Miguel Pereira	10496755
Dr. António Pereira	199584958
João Filipe de Loureiro Pereira	11498194
Helena Alexandra Pereira	10557156
Rute R. do Roldão	10544597
Luís Augusto Santos	10641461
Dr. João de Barcelos	10522472
João Luís de Barcelos Teixeira	10609919
Isabel Margarida R. do Carmo	11488963

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maia, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Caetano Gomes Estêvão Veloso	8565126
Christina José Silveira Soares Alves de Jesus	7849964
Fernando Manuel Ramos Costa	13706860
Adriano Isidro Lopes Mendes	05940382
António José Torres Monteiro	10106544
Susana Helena Vasconcelos Rocha Quinto	10346538
Bruno Fernando da Costa Carvalho	14819635
Immanoel Paulo Sérgio Marques de Sousa	79790814
Paulo João de Sousa Guimarães	10577698
João Manuel de Sousa Fernandes	07359209 e.e.
Maria Adelaide de Fátima Pereira Oliveira	08153167
Paulo Alexandre Vieira Trindade	11903490
Danny Rosy Leirna Oliveira	0022546
Carla Rónica Marques Vidal	1155043
Paulo Rui António Bento Rocha	30526279
João Filipe de Sousa Correia	15460570
Francisco Urbano Albuquerque	14430322
Dionísio Teixeira Araújo	14631383
Bernardo José da Silva Vieira Amorim	15174674
Diogo Cardoso dos Santos Pinto de Sousa	14305077
Sandra Cristina Marques Pereira Duarte	11455027
M. Arminda Pinto Germino Aguiar	07921294
Paulo José Fernandes de Aguiar	07967824

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maia, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Ana Roguel Condico	11462388
Helena João Freitas 'Correia	11693582
Elvira da Silva de Silva Mota Ferrine	5905399
André Miguel Resende Pinheiro	15566407
Aminda Afonso Gonçalves Pinheiro	8909733
Frederico Decato Ferreira Mota	9935405
Daniela Patricia Soares Teixeira	13076258
Julio de Lima Soares	3927806
Deolinda Lima Mota Gonçalves	8105189
Helder Filipe João Gonçalves	13733478
Joaquim Batista Azevedo	2846195
Maria Fernanda Azevedo	3757839
Abimdo Vilas	6634298
Julio Vilas	12630290
Tereisa de Costa Mar Gons	3641226
João Helder Amorim	01846248
Diana de Lancinha Santos Alves	707546
Claudia Silva Dinis	777093
Artur SABC ASSINAR	917657
Artur da Silva Santos Torres	2853855
Maria da Conceição Vitorino da Silva	1308505
João Manuel Neves Barbosa	11670603
Ana Luísa Matias Alves	12297828

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Fernanda Beatriz Carvalho Figueiredo	
Michal S. Pimenta de Sousa	7000296
Pedro Jorge Pinheiro de Sousa	12899712
Aspirante Augusto de Sousa Rodrigues	7268141
António de Jesus da Silva	7287372
Amel Fontinha de Oliveira	2880672
Luís da Silva	2724069
Rita Paula O.C. Lourenço	03994988
Fernando Pereira da Costa	33781214
Maria Adélia Silvano Cabral Ponte	05746183
Maria Filomena Fomine Silva Alves	07843590
José Augusto Pontes da Rocha	6998794
Margarida Margarida Silva Costa	3403091
António Costa	1945782
Margarida de Jesus Moreira	3409046
Diose da Silva Borges Arcejo	13935766
José Manuel da Silva Maciel	7201224
José Silva Areaujo	2867492
Paula da Silva Maciel	2867491
Maria do Espírito Santo Cardoso	150620985
Normando Fernando de Sousa	3380009
Ana Luísa Botelho Cardoso	12178305
Estor Leonina de Sousa	829244

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Antónia Montinho Lourenço Lourenço	03589253
José Fernando dos Santos Pereira	841014
António Sousa Teixeira Leite	3064879
Maria Odete Conceição Teixeira Pinto	2671536
Maria Manuela Almeida Oliveira	10325753
Mário Lúcio Vieira Oliveira	14409334
Maria de Lurdes Abreu	1663182
José Augusto de Jesus de Macedo	01911686
Manoel Heloísa Oliveira Machado	0374456
Aniceta do Carmo Ferreira de Magalhães	158563093
Micaê de Jesus Duarte	8815088
Esperança Pereira	03699844
Maria Manuela T. Ferreira Pereira	01774078
João Martins Pereira	30507082
Dr. Lúcio Jorge Ferreira de Oliveira	09933640
Manoel Augusto dos Santos Pereira	07798100
Quíscia da Silva Rocha Almeida	178835
Maria Fernanda Gonçalves Pereira Almeida	5966712
António da Silva Cortes	892793
Maria Avelina Marques Ferreira	5975235
António Augusto Rocha de Costa	3721101
Adriana de Oliveira Gonçalves	06557317
António da Silva	11051389

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucences moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Barbara Cardoso Ferreira	14206280
Manuel Aguiar Mesquita	1941902
Gilberto Brito Pinto de Azevedo	2873326
David Orlando Cunha da Cunha Mendes	13360235
Thorgilio Carlos Vitorino Silva Silva	10532883
António Luis Haralho	814845
Carlo Ferreira	10588567
Paul José Costa Cardoso	034619495
Carlos Manuel Neta Ferreira	7661649
João José Reis Romaneiro	04465275
Artur Luís Teixeira	8490199
João Manuel Augusto Almeida	12082473
Paulo Roberto de Barros	582852
Manuel de Jesus	5942543
Manuel Manuel Luis Cardoso	12423996
MANUEL JOSÉ FERREIRA MATOS	05987495
Amos António da Silva Guimarães	
João Manuel Monteiro Bicudo Campos	01846714
Luís António dos Santos	6315762
João Manuel José	03231937
João Manuel Ferreira Dias	2203023
João Manuel Silva	3697485
João Manuel Silva	2933757

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Jorge Emanuel Cruz Martinho	12986721
David José Barbosa Soares	08278890
Sancho Miguel Bandas Padraes	10838414
Francisco António Lopes Pereira	09039067
Anabela Palmira Pereira de Sa	03235558
Carlos Alberto Pereira Samalho	05811632
Miguel António de Oliveira Faria	11939189
Bernardino Ferreira Maia	11271264
Sergio mais do corde Rodrigues	11259052
Jão Fernando dos Santos Silva	12749971
Judouros Rodrigues	08568844
António Manuel Ferreira Fontes	10050891
Jão - Eduardo Soares De C	10444119
Susana Patricia Campino	11501837
São Filipe Lima Nogueira	13833725
Daniela Pereira Sousa Cordeiros	14589049
Maria Maria de Sousa Freitas	8496288
Jão Manuel Silva Nogueira	9248019
Francisco Felício Jesus Lima Nogueira	1441342
FRANCISCO SILVA	5828400
Jão José de Silva Santos	10760376
José Manuel Afonso Ribeiro Pinho	7067619
Jão Cesário Pereira Vires	12316801

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

<del>JOÃO</del> NOME	Doc. Identidade n.º
JOÃO Rui COSTA	11508886
João Dias	10299365
Daniel Cunha	12813129
Gustavo Melo	11358210
ALBUQUERQUE	12335045
Hugo Moura	13039892
Basilio Miranda	11531556
Diogo Feres	12577260
António Santos do Silveira	10461916
Yccê Alberto Correia Couto	18219967
Jesidonio Aldemair Soares Ramos Silva	08916548
Luís Alberto da Silva	10918828
Miguel António Gomes Tassin	8071282
António Adelino Barros Amorim	12276873
Luís MANUEL DE SOUSA Teixeira	9848145
Paulina José Gomes	10888128
Rui Alexandre de Sousa	9563919
Felipe Manuel da Silveira	11754235
João Manuel Gonçalves	12098087
Bruno Manuel Neves Faria	11439474
Luís Miguel Aborgoa Sousa Santos	20792065
Marcelo Alves	14043205
JOÃO MANUEL DA SILVA	08973866

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maia, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedrouçenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedrouçenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
ALBERTO JOAQUIM MOREIRA CASEIRA	3384452
JOSÉ RICARDO MOREIRA FERREIRA SILVA	12071786
Rui Nogueira DE CASTIZO TOMÁS	12299915
JOAQUIM PAULO NEVES MOREIS	8551726
Ricardo José da Silva Pires	11189840
Nelson Neves de Rocha	12363858
Nuno Filipe Galvão de Silva	11824356
Ivo Cláudio Basso de Silva	10533886
Rui Miguel da Cunha Silva	13621133
João Paulo de Bato Figueira	14612071
Edi Joel Florêncio Dias	14098669
Fernando António Moreira Alves	12149063
Cláudio Emanuel Marques Cunha	12590447
Fábio Manuel Silva Ribeiro	12620966
Amândio Miguel Pereira Ribeiro	12982677
João Paulo Pereira G. Moreira	9566611
Tiago José Antunes Coimbra	13765942
Nuno André Castro Pereira	12970835
Rui Alexandre Silva José	11312578
Petero Joel Araújo Santos	14790594
Rui Manuel Ferreira dos Santos	10982062
Ricardo José Ferreira Sarmiento	12397494
Orlando José Lopes Gonçalves	11282687

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedroucenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedroucenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Helena Amílcar Azevedo	3006752
Elisabete Silva	3292802
Patrícia Alexandra Soares Marques	12974921
Clara de Sá Esteves Canabarro S. S. Ribeiro	10011003
Arminda Soana Soares Marques	13931954
Telmo Ricardo Neves Marques	13253969
Sónia Cristina Rodrigues Paqueta	11550476
Paula Lucília Felisberto da Silva	11339878
Flávia Jacinta Soares Alves	11478826
Isabel Augusta Almeida Coelho	213927373
Solange Helena Ferreira Torres Gonçalves	
Elisabete Ribeiro da Rocha	14029395
Bete Isabel Sousa Cande Branca	11460200
Paula Cristina Oliveira Monteiro	11126432
Susana Ferreira Isidoro	101038221
Arminda Henriqueta Gonçalves	10355958
Doroteia Soares da Silva	12814651
Paula S. dos Reis	10607161
Arminda Airesa Mendes Cunha	4426618
Sora Elisa Ferreira Cunha	13919228
Sora Cavella Coelho	10956406
Tiago Daniel Teixeira dos Reis	30136501
Helena Helena Silva Santos Oliveira	

## Abaixo- Assinado

Nós, abaixo assinados, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara da Maia a colocação do piso sintético no recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube. Uma obra que está prometida, pela edilidade maiata, há quase uma década. Aliás, promessa reiterada na última campanha eleitoral autárquica.

Esta obra é essencial para a freguesia de Pedrouços, para o Pedrouços Atlético Clube e restantes coletividades da freguesia. Pois, trata-se de uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da prática desportiva dos Pedrouçenses, da formação das crianças e jovens da freguesia. Para além, da questão desportiva, a colocação do sintético resolveria o grave problema ambiental e de saúde, provocado pelas poeiras, que afeta os Pedrouçenses moradores nas imediações do recinto desportivo do Pedrouços Atlético Clube.

NOME	Doc. Identidade n.º
Rui César Santos da Animo	9989238
Silva João Vilain	10259017
NUNO RAFAEL SILVA	11465117
João Abacarde Teixeira apelido de Lourenço	<del>1504577</del> 10718172
João Leão	12041279
Manuel David Sousa Pinó	8447563
Jorge Costa Lopes	12390460
Luís Filipe Feneiro Silva Penedo	12584035
Pedro Ricardo Cardoso Silva	14700148
MARCISO JOÃO FERNANDES PIRES	9894938
Bruno Miguel Ribeiro Feneiro	12959563
Sandra Isabel Ventura Correia	<del>220976886</del>
SANDRA ELVIRA SIARA COSTA ANTUNES	8221303
António António Paulo Teixeira	9352632
Helder Manuel Esteves Sil	9981214
Alina Luísa Costa Saraiva	
Helena Santos Paulo Luís Henriques	3012351
Domingos José Guerra	1864413
Alfala	











**INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**Nome Armando Silva GonçalvesMorada Rua da Ladeira 110Freguesia Barcelos - Castelo da LuziaCódigo Postal 4475-012Contacto telefónico 966055857E-mail ArmandoSilvaGoncalves@net.sil.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

**Descrição do assunto:**

Encerramento de praça pública na Freguesia de  
Barcelos na Rua Juiz de Dama Luzia

Juntação territorial da freguesia de Vagueiros sobre  
a freguesia de Barcelos, Urbanização do Castelo Novo

Maia, 25/06/2014

(Assinatura)



Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<b>Período de intervenção do público</b> <ol style="list-style-type: none"><li>No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li><li>O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li><li>Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li><li>O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li></ol>	<b>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</b> <ol style="list-style-type: none"><li>A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li><li>Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.</li><li>Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li></ol>



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA  
Gabinete do Presidente.

Recunha  
Junho/14  
Ordinária de  
17/06/14

Ex.mo Senhor

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 58

Em 17/06/14

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 6.103

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA  
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

O presente documento é elaborado a propósito e na circunstância da realização da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2014.

Tendo em conta que a última Informação que prestei, por escrito, à Assembleia, data de 9 de Abril, passo a fazer uma alusão, sintética e abreviada, a alguns aspectos que tiveram relevância pública no nosso Município neste breve espaço de tempo decorrido.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente.

1- A questão da Habitação Social no nosso Município, e em especial a

necessidade da manutenção dos empreendimentos municipais, tem vindo a constituir uma preocupação e um aspeto em que a Câmara, diretamente e muito especialmente através da empresa municipal "Espaço Municipal", tem empenhado todos os seus esforços, como, aliás, é bem reconhecido.

Para além dos aspetos ligados à preservação, conservação e requalificação dos edifícios, a "Espaço Municipal" avançou bastante mais e lançou-se num programa de instalação de equipamento que visa a utilização racional de energia e de eficiência energética em todos os empreendimentos que estão sob a sua alçada.

Basicamente trata-se da instalação de sistemas de painéis solares térmicos destinados ao aproveitamento da energia solar para a produção de AQS – águas quentes sanitárias, sendo que cada fogo possuirá uma instalação independente.

Esta intervenção representa para os empreendimentos uma mais-valia de grande expressão, quer pelo investimento realizado na operação em apreço, quer pela prevenção de maiores despesas e encargos futuros para os moradores, bem como pela significativa e drástica diminuição da



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

fatura energética ( principalmente no consumo de energia elétrica) que as Famílias em causa passarão a usufruir.

Com estes objetivos, a “Espaço Municipal” apresentou uma candidatura à operação com o Código NORTE-07-0765-FEDER-000505, designada por “Energia – Eficiência Energética em Edifícios de Habitação Social Existentes”.

O cofinanciamento FEDER em causa, no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, foi aprovado pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte ( ON.2 ), em 13 de março de 2014.

A intervenção versa 38 Empreendimentos, compostos por 117 edifícios e 1.782 habitações ( 14 T5, 110 T4, 802 T3, 643 T2 e 213 T1 ).

O valor da candidatura ascendeu a 4.455.000 €, sendo que a comparticipação FEDER se situa nos 3.061.599 € em razão da taxa de 70 % sobre o total elegível de 4.373.713 €.

2- No dia 8 de Maio, a Maia, através dos Serviços de Educação do Município, das Escolas do EB1 Concelho, dos seus quadros Docente e Discente e, especial e notoriamente, através dos seus Alunos, viu



reconhecida a nível nacional, e uma vez mais, os esforços que todos temos vindo a empreender na área da Educação no nosso Município.

Refiro-me aos resultados obtidos no concurso "7 dias, 7 dicas sobre os media – 2013/2014", promovido pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) e a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), em parceria com a Direção Geral da Educação e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que incidiram sobre trabalhos desenvolvidos nas Escolas. Estes trabalhos foram levados a efeito no âmbito das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular) – PLE (projetos lúdico expressivos) e versaram temas que tinham por objetivo a sensibilização para o papel e lugar que os media tradicionais e de nova geração ocupam no quotidiano dos Alunos.

Pois a Escola EB1/JI de Crestins arrecadou o 1º Prémio na Categoria 1º/2º ciclos, com o trabalho subordinado ao tema "7 dias sobre a segurança nos telemóveis e nas redes sociais", e a Escola EB1/JI de Pedras Rubras recebeu uma Menção Honrosa na mesma categoria pelo trabalho intitulado "7 dicas sobre o uso dos media na sala de aula e na biblioteca".

A entrega dos prémios teve lugar no Palácio Foz, em Lisboa, sendo o reflexo da aposta contínua nas AEC e no desenvolvimento das TIC desde o ano letivo 2006/2007.



Também no Desporto Escolar os Agrupamentos de Escolas do Levante de Águas Santas e da Maia, sagraram-se campeões nacionais respetivamente na ginástica acrobática, na dança, no boccia e no atletismo.

3- Ainda a propósito das atividades que são desenvolvidas nas nossas Escolas, gostaria de deixar mais um pequeno exemplo.

Entre os dias 6 e 9 de Maio decorreram nas Escolas do Concelho da Maia diversas atividades artísticas e culturais inseridas no âmbito das AEC Projetos Lúdico Expressivos (PLE), e que foram desenvolvidas pelos alunos do 1º ciclo do ensino básico do Concelho.

Os Alunos apresentaram diversos espetáculos de dança e música, participaram em workshops e sessões de leitura infantil, sendo que todas as atividades realizadas foram abertas ao público. Estas iniciativas tiveram como objetivos incentivar as crianças para o gosto pelas artes, estimular a sua criatividade, aumentar a autoestima, fomentar o espírito de grupo e a sua união.

No decurso das atividades estes jovens artistas foram incentivados a utilizar diferentes formas artísticas e plásticas com vista ao seu enriquecimento tanto ao nível cultural como musical e que, simultaneamente, proporcionassem a aquisição de competências que lhes permitam conhecer e utilizar novas ferramentas digitais.



Na Escola do EB1 Cidade Jardim tivemos um Festival de Música | MÚSICA IN CIDADE JARDIM; no pólo de Gemunde da Junta de Freguesia aconteceu a atuação dos Pequenos Flautistas da Seara, da EB1 da Seara; no Centro Escolar de Gueifães/Vermoim foi apresentado o projeto Maiatour (Conhecer a Maia dentro da Escola); na EB1 de Sta. Cristina teve lugar a "Hora do Conto" com os Pais e Encarregados de Educação de Alunos | O AUDITÓRIO MAIS PEQUENO DO MUNDO; na EB1 do Lidador aconteceu o Workshop de Danças Africanas | AS DIFERENTES CORES DO ARCO-ÍRIS; e no Centro Escolar da Gandra uma ação de Música com instrumentos reciclados | ECOLOGIA É MAGIA .

- 4- Acerca de Educação deixaria, ainda, duas breves notas: uma para salientar a realização da "9ª Gala da Saúde Escolar" que teve por objetivo premiar as escolas, e os 250 alunos do ensino pré-primário e do primeiro ciclo, pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano letivo no âmbito do Programa de Saúde Escolar, evento a que se associaram os padrinhos/madrinhas do programa. E a outra para referir a realização da festa de encerramento do ano letivo que este ano teve lugar no "Parque de Avioso", sob o lema "Educação em Festa", uma ação pensada para toda a Família e com diversos motivos de interesse que permitiram promover a interação intergeracional.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

É claro que tudo isto somente é possível com a categorizada, excelente e diversificada oferta que o Município dispõe tanto em termos de construções escolares como de equipamento didático e outro que está disponível para toda a comunidade educativa.

Orgulhamo-nos disso, e de toda a nossa ação nas escolas, nos jardins de infância e de uma forma geral junto da primeira infância, e há muitos anos que assim o é. Todos, ou pelo menos os que o querem ver, têm a noção perfeita de que estamos muito à frente no que respeita a instalações, quer sejam salas de aula, salas de refeições, cozinhas, e espaços comuns de estada e de lazer destinadas aos alunos dos primeiros graus do ensino.

5- Aquando da Posse de Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco dos Santos, como Bispo da Diocese do Porto, enderecei um convite a Sua Excelência Reverendíssima para uma receção oficial na Câmara Municipal da Maia.

Para além da cortesia e das boas vindas a este nosso território, de que é Administrador Apostólico, pretendia partilhar com o Sr Bispo os projetos que temos em curso com a Instituição Igreja no sentido lato e perspetivar e estreitar ainda mais o futuro de relacionamento, e de grande proximidade, entre os vários organismos das Paróquias do Concelho e a



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

sua Câmara Municipal, que consideramos um dos vetores primordiais da ação diária, particularmente na área social.

Essa oportunidade veio a acontecer em 29 de Maio, tendo estado presentes os Párcos da Vigararia da Maia.

6- No dia 11 de Abril recebemos a visita do Sr Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Eng. Jorge Moreira da Silva e no dia 9 de Maio a do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira.

Foram visitas em que os Governantes, e em especial, se inteiraram do que o tecido empresarial sedeado na Maia está a desenvolver em áreas tecnológicas e de pendor fortemente exportador, nomeadamente nos sectores da mobilidade elétrica e da eficiência energética com recurso a tecnologias limpas, numa reafirmação da importância da internacionalização da economia nacional na construção de um Portugal mais próspero e, por outro lado, o reconhecimento pelo contributo que o tecido empresarial da Maia tem prestado á concretização deste desígnio. Recorde-se que, segundo dados do INE, em 2013 a Maia foi o 9º Município do país em termos de “vendas para o exterior” e o 2º da Região Norte.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- Também neste âmbito de reunião de esforços com vista a uma maior internacionalização da economia, e numa parceria entre a Câmara Municipal, a Associação Empresarial da Maia e a CCILC – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana, foi levado a efeito, em 30 de Abril, no Parque de Ciência e Tecnologia da Maia – TECMAIA, um Seminário acerca das oportunidades que se estão a abrir na Colômbia para as empresas nacionais.

Foram dados a conhecer alguns detalhes específicos do mercado em causa bem como fatores diferenciadores e principais razões motivadoras do crescente investimento das empresas portuguesas nesse País, tendo em mente, também, a importância que a Colômbia passa a adquirir como eventual porta de entrada no recém-formado bloco comercial da Aliança do Pacífico, que engloba também o México, o Chile e o Peru.

- Em Maio decorreu a edição deste ano do “Programa MaiaGO”.

Este programa tem por objetivos o apoio aos jovens na inserção na vida ativa, de promover a igualdade de oportunidades, de afirmar o autoconhecimento, de clarificar e definir as mais-valias pessoais, de apoiar a criação da proposta de valor, de promover o encontro com o mercado de trabalho, quer seja numa perspetiva de trabalho por conta de outrem ou através da criação do próprio posto de trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

O MaiaGo é dirigido a jovens que tenham obtido qualificações ao nível do 12º ano, de cursos profissionais e licenciaturas, a jovens que estejam em situação de desemprego e inscritos no IEFP, sendo composto por vários painéis e temáticas. Alguns dos temas abordados centram-se na “Marca Pessoal”, no “Social Media” e no “Mercado de Trabalho”, direcionados para áreas como marketing pessoal, marketing digital, emprego e empreendedorismo. Esta iniciativa, que é desenvolvida em conjunto com entidades públicas e privadas, conta com especialistas nas áreas abordadas, sendo ainda disponibilizados espaços para a realização de entrevistas de trabalho.

- Uma nota acerca do que já se conseguiu obter através do “MaiaFinicia”. Com este programa, e em parceria com entidades financeiras, celebrámos 16 contratos de financiamento à constituição de empresas e ao apoio ao empreendedorismo, nomeadamente de Jovens do Concelho.

Partindo de um Fundo com o valor de 500.000 € no qual o Município teve um investimento de 120.000 €, reembolsável sem taxas nem juros, conseguimos atingir um total contratualizado de 590.000€ já que os últimos 3 contratos (90.000€) foram financiados com o reembolso dos restantes.



Ora isto atesta bem do sucesso do programa. Ademais, e mediante as Visitas de Acompanhamento "On the Spot" às empresas financiadas, foi possível apurar que, por exemplo, essas empresas dos 32 Colaboradores iniciais tinham passado para 76, o que representa um crescimento de 145% em termos de postos de trabalho.

De referir que todos os Empresários consideram o MaiaFinicia muito importante como mecanismo de apoio às empresas, sendo uma mais-valia para os Empresários e para o Concelho como fator de promoção da atividade económica. A heterogeneidade dos sectores de atividade e as localizações geográficas das empresas apoiadas, que se situam espalhadas por todo o Concelho, permitem concluir que os esforços efetuados com a promoção e divulgação do Programa, possibilitaram o acesso aos mais variados segmentos alvo.

- 7- Em anexo apresento um reporte acerca da situação financeira da Câmara Municipal, bem como uma relação descritiva dos designados "Passivos Contingentes".



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- |                               |              |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos –               | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais –     | 6.923.544,64 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.834.371,28 |

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 17 DE JUNHO DE 2014,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



**ANEXO**

**SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

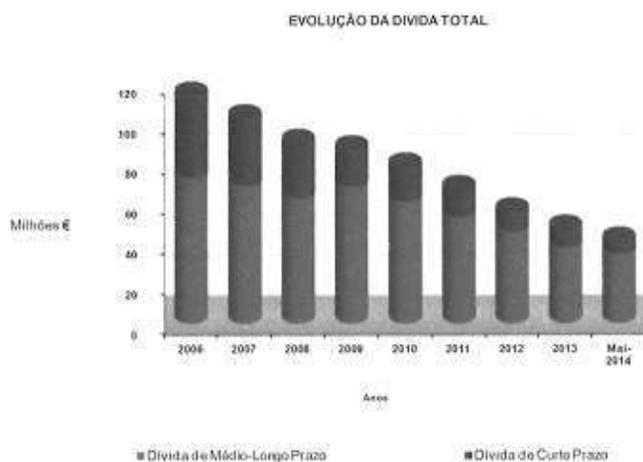
## EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

### CAMARA MUNICIPAL ISOLADAMENTE

Quadro 1

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						
	2010	2011	2012	2013	Mai-2014	2013/2014	2006/2014
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.667.656	44.887.283	37.100.969	34.126.731	-3.054.238	-38.005.795
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	5.675.822	-3.088.699	-34.522.545
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	39.802.553	-6.142.938	-72.528.340
Taxa de crescimento da dívida							
Médio e longo prazo	-10,1%	-14,6%	-17,1%	-15,7%	-13,4%		-64,6%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-8,2%		-52,7%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-35,2%		-85,9%

Gráfico 1



À data de 31 de maio de 2014 verifica-se que:

- ✓ A Dívida Total ascende a 39.802.553 €, o que representa um decréscimo de (-) 6.142.938 € face à dívida existente em 31 de Dezembro de 2013. Em termos percentuais tal decréscimo representa uma variação de (-) 13,4%.
- ✓ A Dívida de Médio e Longo Prazo ascende a 34.126.731 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.054.238 € face à Dívida de Médio e Longo Prazo existente no final de 2013. Em termos percentuais representa um decréscimo de (-) 8,2%.
- ✓ A Dívida de Curto Prazo ascende a 5.675.822 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.088.699 € face ao valor existente no final de 2013. Em termos percentuais representa um decréscimo (-) 35,2%.
- ✓ A Dívida Total reduziu cerca de 72.528.340 € desde 2006, o que representa um decréscimo de (-) 64,6 %.

## COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 2

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2008	2010	2011	2012	2013	Mai-2014
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>66.376.610</b>	<b>53.919.835</b>	<b>51.457.464</b>	<b>43.988.556</b>	<b>36.403.707</b>	<b>33.545.201</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>45.012.098</b>	<b>38.704.490</b>	<b>32.396.662</b>	<b>26.089.274</b>	<b>19.781.666</b>	<b>17.380.594</b>
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de ML P como BTA no montante de 29.927.673,62	19.269.150	16.483.623	13.698.097	10.812.570	8.127.044	6.734.280
Empréstimo Bancário de ML P com BR no montante de 20.000.000	13.950.147	11.833.530	9.910.912	7.900.295	5.883.677	4.876.368
Empréstimo Bancário de ML P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	11.792.601	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.946	5.770.946
Banco Santander Total	6.774.688	5.269.124	3.763.660	2.258.196	752.732	752.732
Estado	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
<b>Empréstimos sujeitos ao regime transitório para o endividamento excecionado</b>	<b>21.364.520</b>	<b>20.215.348</b>	<b>19.060.801</b>	<b>17.899.282</b>	<b>16.712.041</b>	<b>16.164.607</b>
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Intempéries - com o BTA no montante de 648.918,11	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de ML P com C.G.D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €						
Empréstimo Bancário de ML P como BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06						
Empréstimo Bancário de ML P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	6.462.700	6.179.270	5.860.383	5.595.764	5.295.123	5.142.449
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - FER 1- com o C.G.D - no montante de 7.481.068,46€	4.241.906	3.974.636	3.707.701	3.439.803	3.166.447	3.029.328
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - FER 2 - com o C.G.D - até 21.007.737,65	10.659.914	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.992.831
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>1.633.123</b>	<b>1.321.658</b>	<b>1.110.193</b>	<b>898.727</b>	<b>687.262</b>	<b>581.530</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.633.123	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	581.530
<b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>	<b>67.999.741</b>	<b>60.241.490</b>	<b>52.567.658</b>	<b>44.887.283</b>	<b>37.100.969</b>	<b>34.126.731</b>
Taxa de crescimento	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-8,2%

em Euros

À data de 31 de maio de 2014 verifica-se que:

- ✓ A dívida de médio e longo prazo apresenta para o período uma diminuição na ordem dos 3.054.238 euros, o que em termos percentuais se traduz em (-) 8,2%. O decréscimo é perfeitamente coerente com o escalonamento do serviço da dívida, mas também com a diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo.
- ✓ Do total dos empréstimos de médio e longo prazo, cerca de 48% correspondem a empréstimos contratados a 25 anos para financiamento da Habitação Social ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER), atualmente não excecionados para efeitos de cumprimento do limite legal de endividamento.
- ✓ Cerca de 98% da dívida de médio e longo prazo encontra-se contratualizada através de empréstimos bancários, representando a dívida a fornecedores os restantes cerca de 2%.

## COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Quadro 3

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO					Peso	Variação	
	2010	2011	2012	2013	Mai-2014		2013/2014	2006/2014
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	216.706	3,8%	-200.531	-4.329.106
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.536	1.954.911	34,4%	-2.902.925	-30.863.466
Outros credores	4.715.244	5.359.095	6.500.256	3.399.448	3.504.205	61,7%	104.757	490.037
<b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>16.685.700</b>	<b>13.180.487</b>	<b>9.603.273</b>	<b>8.764.522</b>	<b>5.675.822</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3.088.699</b>	<b>-34.522.589</b>
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-35,2%			
Fornecedores c/c	39,9%	49,7%	66,6%	29,7%	57,3%			
Fornecedores imobilizado	5,9%	-30,6%	-89,7%	821,1%	-59,8%			
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	3,1%			

À data de 31 de maio de 2014 verifica-se:

- ✓ Uma variação de (-) 35,2% na dívida de curto prazo, o que em valor absoluto representa uma diminuição de (-) 3.088.699 €, influenciada sobretudo pela diminuição de (-) 2.902.925 € da rubrica de "Fornecedores imobilizado", já que as variações ocorridas nas duas restantes rubricas, embora não se compensem totalmente, introduzem um decréscimo líquido de apenas (-) 185.774 €.
- ✓ Que cerca de 62% da dívida de curto prazo é absorvida pelos "Outros credores", 34% pelos "Fornecedores de imobilizado" e 4% pelos "Fornecedores em c/c".

## PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

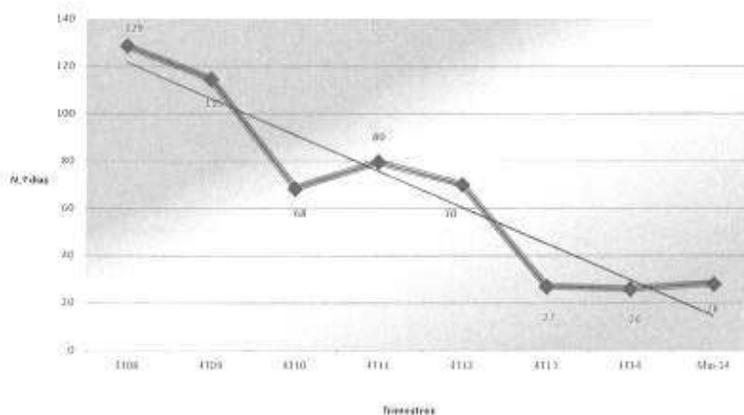
Quadro 4

	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	T14	Mai-14
$\frac{C_{30}}{C_{30} + \frac{C_{30}}{360} \times \frac{360 - D}{360}}$	129	115	68	80	70	27	26	28

(\*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Finanças nº 34/2006, segundo o procedimento de taxa médio de ULP

Gráfico 2

### Evolução do Prazo Médio Pagamento



- ✓ Em maio de 2014 o prazo médio de pagamento posicionou-se nos 28 dias, demonstrando uma tendência sistematicamente decrescente desde 2008.

## ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL (1.º trimestre 2014)

### CAMARA MUNICIPAL INCLUINDO IMPACTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Tendo por referência a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e o novo conceito de Endividamento, que engloba a dívida total de operações orçamentais do município e das diversas entidades nas quais participa, foi calculado um novo limite de dívida que não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores,

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal durante o primeiro trimestre de 2014, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo deste novo limite, designado de "**Limite da Dívida Total**", com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na atual Lei das Finanças Locais, e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

**Quadro 5**

Un.Euros

	Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos		
	2011	2012	2013
Município	56.020.745	56.928.774	53.881.244
SMAS	16.364.851	15.531.132	15.269.867
<b>Total da Receita Cobrada Líquida</b>	<b>72.385.596</b>	<b>72.459.906</b>	<b>69.151.111</b>
<b>Média dos últimos três anos</b>		<b>71.332.204</b>	
<b>Limite da Dívida Total &lt;=</b>		<b>106.998.307</b>	

Posto isto, em resultado do enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento municipal e da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, insere-se um quadro resumo com a contribuição individual de cada uma das entidades, bem como do posicionamento do município face a este novo limite legalmente imposto.

**Quadro 6**

	DÍVIDA TOTAL			
	31Dez13	2014 1T	Variação (1T14)/(31Dez13)	Peso
CMM	45.982.855,09	42.646.119,50	-7,3%	41,91%
SMAS	19.891.332,45	19.703.352,75	-0,9%	19,36%
LIPOR	10.417.494,63	10.290.088,21	-1,2%	10,11%
AMP	0,00	538,65		0,00%
EMEM	0,00	0,00		0,00%
ACAD ARTES	254.196,94	249.631,87	-1,8%	0,25%
MAIA AMBIENTE				0,00%
ESPAÇO MUNICIPAL*				0,00%
TECMAIA (51%)	9.372.408,16	9.314.677,95	-0,6%	9,15%
MUNICIPA	53.543,96	57.457,92	7,3%	0,06%
NET	561,74	629,16	8,2%	0,00%
PRIMUS	139,43	139,36	0,0%	0,00%
PORTGÁS*	0,00			0,00%
HOSPITAL LIDADOR	126.005,84	126.005,84	0,0%	0,12%
Fundação Conservatório de Música	126.075,07	171.229,82	35,8%	0,17%
Fundação da Juventude	73.095,86	73.095,86	0,0%	0,07%
Fundação do Desporto	93,09	93,68	0,6%	0,00%
AdePorto (*)	5.613,80	5.699,94	1,5%	0,01%
Cooperzoo	1.482,06	1.482,06	0,0%	0,00%
APCTP	110.542,63	110.542,63	0,0%	0,11%
Turismo do Porto e Norte, ER	9.841,20	10.620,65	7,9%	0,01%
ANMP	539,00	539,00	0,0%	0,00%
Maianova	0,00	0,00		0,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00%
FEI Maiano	6.540.572,60	6.540.572,60	0,0%	6,43%
FEI Maigolf	9.046.681,51	9.046.681,51	0,0%	8,89%
FII Praça Maior	3.184.901,54	3.404.237,28	6,9%	3,35%
<b>Total Dívida Total</b>	<b>105.197.996,59</b>	<b>101.753.436,23</b>	<b>-3,3%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Limite para Dívida Total</b>	<b>106.998.306,57</b>	<b>106.998.306,57 (Município + Smas)</b>		
<b>Margem</b>	<b>-1.800.309,98</b>	<b>-5.244.870,34</b>		
<b>Redução efectiva 2013/2014</b>		<b>-3.444.560,35</b>		

(\*) Entidades que se encontram em equilíbrio de contas

A análise dos dados apresentados no quadro supra permite concluir que, apesar das profundas restrições impostas pelo novo quadro legislativo, para um limite de dívida total de 106.998.307 €, no final do primeiro trimestre de 2014 a dívida total do município atingiu o montante global de 101.753.436 €, posicionando-o abaixo do limite legal em (-) 5.244.870 €, não obstante o perímetro de entidades que contribuem para o seu apuramento ter alargado significativamente e não se excepcionar qualquer tipo de endividamento.

Igualmente se regista que à data de 31 de Dezembro de 2013, a dívida total do município calculada com base nesta nova fórmula de cálculo, atingiu o montante global de 105.197.996,59 €, posicionando-o também abaixo do limite legal em (-) 1.800.309,98 €.

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2013 verifica-se assim no final deste primeiro trimestre uma redução do montante global da dívida de (-) 3.444.560 €.



*Handwritten signature or initials*

**ANEXO**  
**RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

À data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
1867/05.4TBMAI	Processo Judicial	António José Maia Moreira Torres	Acórdão Judicial
1332/11.8BEPT	Processo Judicial	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Despacho Saneador
907/13.5BEPT	Processo Judicial	Lusitânia - Companhia de Seguros	Aguarda Sentença
4364/12.5TBMAI	Processo Judicial	Portgreen - Construção e Manutenção de Jardins	Articulados
6887/11.4TBMAI-A	Processo Executivo	Condomínio Edifício Venepor	Sentença favorável (aguarda devolução da caução)
2687/13.5BERT	Processo Judicial	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	Articulados
916/12.1BEPT	Processo Judicial	Construções Ferreira da Costa, S.A.	Recurso
3018/13.0BEPT	Processo Judicial	Sindicato Nacional Administração Local	Articulados
3753/11.7BEPT	Processo Judicial	Ana Rita Santos Moreira Fernandes	Articulados
738/13.2CEPT	Processo Judicial	Gara-Malhas - Confecções, L.da	Prova Pericial
5343/12.8TBMAI	Processo Judicial	Adm. Condomínio D. Afonso Henriques/Folpreli - Construção Ir	Interviente Acidental - Pedido de documentos
403/11.5BEPT	Processo Judicial	Gonçalo Óscar da Silva Martins	Articulados
1114/10.4TBMAI	Processo Judicial	António Malheiro Alves e Outros	Prova Pericial
3471/11.6BEPT/ AP_A	Processo Judicial	STAL e José Manuel Amorim Silva	Articulados
18/13.3BEPT	Processo Judicial	STAL	Aguarda Sentença
985/10.9BEPT	Processo Judicial	Helena Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Articulados
1761/10.4BEPT	Processo Judicial	José Fernando Lopes Teixeira Silva	Articulados
382/13.4BEPT	Processo Judicial	Augusto da Silva Pereira	Articulados
1508/11.8BEPT	Processo Judicial	Cassiano Ribeiro/Eliana Marisa	Articulados
2633/11.4BEPT	Processo Judicial	BP - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Articulados
3278/12.3BEPT	Processo Judicial	Petróleos de Portugal - Petrolgal S.A.	Articulados
2101/07.5TBMAI	Processos Judicial	Mano Jorge Pinho Casimiro e Outros	Prova Pericial
1930/10.7BEPT	Processo Judicial	Maria Clara Castro - Unipessoal, Lda	Sentença Favorável
3423/11.6BEPT	Processo Judicial	Fernando Pedroso, L.da e Outros	Audiência Prévia -Suspensão Instância 90 dias
2826/11.0BEPT	Processo Judicial	Luis Fernandes Rodrigues	Articulados
870/11.7BEPT	Processo Judicial	Portgás	Recurso
1098/13.7BEPT	Processo Judicial	José da Mota Pereira e Outros	Articulados
2040/09.5TBMAI	Processo Judicial	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Negociação/Acordo
2118/09.6BEPT	Processo Judicial	Sónia Maria Faria Gonçalves Santos	Aguarda Marcação Audiência Julgamento



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

A data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
289/13.1BEPT	Processo Judicial	Liberty Seguros, S.A.	Julgamento
1073/11.6BEPT	Processo Judicial	A.J.Monteiro	Aguarda Sentença
690/08.6BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
501/09.1BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1674/09.2BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2030/09.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1708/07.5BEPT	Processos Judiciais	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Articulados
2756/09.6BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2115/04BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2041/04BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1079/01	Processo Judicial	Jaime Ribeiro & Filhos	Prova Perícia
3468/11.6BEPT	Processo Judicial	Matriz - Sociedade de Construções L.dai J.F.Milheirós	Intervenção Acidental - Pedido de pagamento
826/09.0BEPT	Oposição à Execução Fiscal	44A - Imobiliária e Turismo	Aguarda Inquirição Testemunhas
1726.10.6BEPT	Processo Judicial	Mais Maia . Promoção Imobiliária, Unipessoal, L.da	Aguarda Marcação Audiência Julgamento
2617/09.9BEPT	Processos Judiciais	JSP - Transportes de José Silva Pereira, Lda	Articulados
2568/10.4BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Prumo Certo Investimentos Imobiliários, L.da	Aguarda Inquirição Testemunhas
2046/06.6BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
760/06.5BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1374/06.5BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
181/05.7BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2225/05.3BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2895/06.5BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1867/05.1BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1004/05.2BEPT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
271/09.7BEPT-CB	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
430/09.2BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
919/09.3BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
921/09.5BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1442/09.1BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
4416/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
5697/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
7129/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
8419/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados



### RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

A data de 09/06/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
9557/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
11359/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
12645/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
12655/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
14291/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
2258/10e 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
1604/08.9BEPT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parchão	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.7BEPT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
1442/09.1BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
4416/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
5697/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
7129/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
8419/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
9557/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
11359/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
12645/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
12655/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
14291/09 e Apensos	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
2258/10e 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portiós	Articulados
1604/08.9BEPT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parchão	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.7BEPT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
646/04.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Ernesto S. Simão	Aguarda Sentença
1276/08.0BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1669/08.3BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
687/09.9BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1676/09.9BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2327/09.7BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3250/09.0BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
292/10.7	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
416/10.4	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
878/10.0BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1383/10.0BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2087/10.9BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3324/10.5BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1627/10.8BEPT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2049/05.8BEPT	Ação Ad comum de reconhecimento de direito	Renato Nuno Silva Azevedo	Sentença Favorável Municipal/ Recurso
1165/1998	Ação de processo ordinário	Maria Luísa Mendes de A. Chaves Ferreira	Execução Sentença



**COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA****Ponto 3.4**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Demais membros da mesa,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Começamos esta intervenção por manifestar a nossa aprovação pela oficialização do Programa Municipal de Emergência Social cujo regulamento aqui aprovaremos.

Entendemos que, bem vistas as condições sócio-económicas actuais, fruto da política de pobreza e de abdicação que a actual governação nos impõe, é muito importante que o poder autárquico, dentro dos seus condicionalismos, contribua para corrigir as cada vez mais gritantes assimetrias sociais, combatendo a pobreza.

Os ataques aos direitos dos cidadãos, o alastramento da precariedade em diversas dimensões das vidas da maioria das pessoas, a inevitável pobreza que daí advém – tanto mal feito pelo governo e pela maioria que o suporta, levará muito tempo a sanar. Bem sabemos, é muito fácil destruir, difícil é construir. A inteligência nem sempre se sobrepõe à força bruta, como a nossa realidade política comprova á saciedade. Por isso é muito relevante tudo o que o poder autárquico – ele próprio tão atacado e mal tratado por este governo – actue como contrapeso, minorando a miséria semeada por Passos, o irrevogável ministro e seus sequazes.

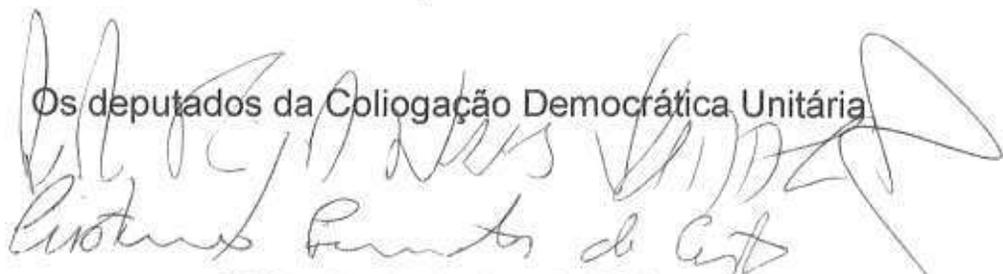
Deixamos porém um reparo que nos parece importante: nas condições previstas pelo regulamento, o acesso aos apoios de

emergência social só serão possíveis a agregados familiares em situações muito graves de pobreza. Naturalmente, copreendemos que os recursos são finitos. Ainda assim, reservar esta intervenção para situações extremas fará deste apoio um simples paliativo – importante, estamos certos, para quem a ele recorrer, mas em todo o caso, um paliativo. Ora, seria importante uma intervenção a montante que, mais do que o apoio em fim de linha, pudesse alavancar as pessoas que dele beneficiarão, num trabalho em rede, concertado com outras instituições, públicas ou não, que prestam apoio social, no sentido da superação das dificuldades e emancipação, num prazo razoável, dos apoios sociais. Política social é isto.

Para tal, minhas senhoras e meus senhores, seria necessário que este Programa de Emergência Social fosse mais audaz nos seus propósitos, que tivesse outra alocação de verbas e outro enquadramento político.

Não faremos uso de um discurso simplista e demagógico pedindo mundos e fundos. Mas é nosso dever, votando favoravelmente este regulamento, recordar o que já aqui enunciamos sobre a necessidade de priorizar o apoio social na linha de acção política desta Câmara Municipal, que na nossa opinião está ainda longe do que poderia e deveria ser. São opções políticas, é precisamente disso que se trata, e é por isso que devemos tornar bem claro o nosso pensamento sobre o assunto.

Os deputados da Coligação Democrática Unitária



Maia, 25 de Junho de 2014



Sempre pela Maia

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor <sup>Vice</sup> Presidente da Câmara e Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Estimados Maiatos

O há muito esperado e questionado Programa Municipal de Emergência Social ganhou forma e está pronto a ser colocado em prática.

A Câmara Municipal da Maia ciente da progressiva degradação da situação socioeconómica de muitas famílias maiatas, consequência da crise económica e financeira que afeta a Europa e o País, assume-se como parte integrante neste combate às desigualdades sociais ao propiciar apoios aos seus munícipes em momentos de maior crise.

Este é um momento que exige aos serviços públicos e a todos aqueles que intervêm na área social, no uso das suas competências e na assunção das suas responsabilidades, a racionalização dos recursos contribuindo assim para uma maior eficiência dos instrumentos sociais e a adoção de medidas de carácter excecional que permitam satisfazer as necessidades básicas de vida, nomeadamente no que diz respeito à alimentação, habitação e saúde, numa situação de evidente emergência social.

Proseguindo estes desideratos há longos anos, o Município da Maia implementou há 7 anos ~~atrás~~ os Gabinetes de Atendimento Integrado Local (GAIL), reconhecidos nacionalmente como uma boa prática social, cuja área de intervenção está especialmente direcionada para a ação social direta, constituindo-se como um espaço privilegiado de manifestação e diagnóstico das necessidades e dos problemas da população, através, nomeadamente, do atendimento e do acompanhamento social, visando apoiar os indivíduos e famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, permitindo, pela sua

proximidade às famílias e às pessoas, um acompanhamento mais presente, continuado e adequado aos que apresentam maiores evidências de necessidades.



Foi exatamente através dos G.A.I.L. (e da sua estrutura de base cuja extensão física ocupa todo o concelho da Maia) e aproveitando a experiência acumulada ao longo destes sete anos de intervenção social juntos dos agregados familiares mais carenciados, que foi implementado, no ano passado o **Programa Metropolitano de Emergência Social da Área Metropolitana do Porto**, destinado a disponibilizar um apoio financeiro excecional e temporário a agregados familiares em situação de emergência social grave. Este apoio, que terminou em 31 de dezembro de 2013, cifrou-se em €126.563,00 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e três euros) repartido no apoio à habitação (72%), nos cuidados de saúde (15.4%), na carência alimentar (12.2%) e no apoio à educação das crianças e jovens (0.4%). É através dos GAIL que vemos assegurado o trabalho contínuo de apoio a quem mais precisa.

No que concerne aos apoios alimentares, urge referir o importante trabalho desenvolvido pelo (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, programa promovido por esta Câmara Municipal em estreita colaboração com a Santa Casa da Misericórdia da Maia e as Juntas de Freguesia ~~(de Aguas Santas e Pedrouços)~~, que acompanha mais de 600 agregados familiares através da distribuição de produtos alimentares provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome e também de campanhas próprias de recolha de alimentos. Este trabalho só faz sentido tendo presente a articulação com outras entidades e respostas sociais existentes no concelho, promovendo desta forma uma maior eficiência e eficácia na concessão dos apoios sociais.

É nesta sequência e tendo presente o atrás mencionado que se tornou premente criar um **Programa de Municipal de Emergência Social** no Município da Maia, de forma a disponibilizar um apoio financeiro excecional, pontual e temporário a

agregados familiares carenciados, em situação de emergência social grave, nomeadamente, no âmbito da habitação, dos cuidados de saúde e da carência alimentar.



Foi então neste seguimento que se criou o Regulamento do Programa Municipal de Emergência Social, o qual esteve em período de discussão pública durante trinta dias, não tendo existido qualquer contributo ou pedido de alteração. Este é um Regulamento que assenta em critérios claros e rigorosos, devidamente regulamentados, contribuindo assim para a transparência e eficiência do erário público, no apoio à habitação e cuidados de saúde.

Importa referir, que o apoio à carência alimentar continuará a ser assegurado pelo (Re)Criar, a quem já foi atribuída uma verba para o efeito: melhorar e aumentar o número dos cabazes distribuídos, uma vez que a Câmara é a Entidade promotora, ou seja, para não existir duplicação de respostas.

No que concerne à esfera escolar, os apoios centram-se sobretudo na acção social escolar, pelo que, se entende a não duplicação de intervenções.

Mais uma vez, Senhor Presidente, soube a Câmara Municipal da Maia, através do pelouro da Solidariedade e Coesão Social ~~Ação Social~~, colocar-se ao Serviço da População, especialmente daqueles que num momento mais agudo da sua vida, vão precisar de quem lhes estenda a mão.

Estão os deputados desta Coligação, convictos de que, através da implementação de medidas como esta, irá esta edilidade continuar o trabalho de excelência desenvolvido até agora, para continuar a Ser uma referência para muitas famílias Maiatas.

A Deputada da Assembleia Municipal eleita pela Coligação Sempre pela Maia

Susana Filipa Coelho Rafael

25.junho.2014